

# pesquisa e planejamento econômico

---

volume 7 • abril 1977 • número 1

## Distribuição de renda e a economia da família urbana: o caso de Belo Horizonte \*

ANA MARIA SANT'ANNA \*\*

THOMAS W. MERRICK \*\*

DIPAK MAZUNDAR \*\*

### 1 — Introdução

Examinam-se neste trabalho alguns dos principais determinantes do bem-estar sócio-econômico da família tomada como unidade integrada de consumo numa economia urbana. Trata-se de um estudo de

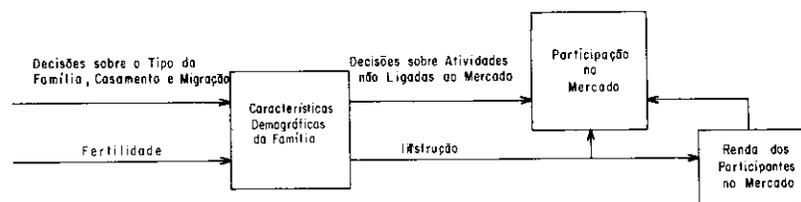
\* Os autores foram beneficiados por amplos e valiosos comentários de colegas dentro e fora do Banco Mundial. Queremos agradecer especialmente a Robert Althausen, Carmel U. Chiswick, John C. English, Ravi Gulhati, Philip M. Hauser, Douglas R. Keare, Harold Lubell, Graham Pyatt, Ray Richardson, Richard Webb e Robert S. Weiss. Linda Lessner prestou inestimável assistência na preparação do texto. É exclusivamente dos autores a responsabilidade pelos pontos de vista expressos neste trabalho.

\*\* Do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial).

caso de uma única cidade do Brasil — Belo Horizonte — e a base estatística provém de uma pesquisa domiciliar realizada pelo PLAMBEL<sup>1</sup> e pelo CEDEPLAR<sup>2</sup> em fins de 1972.

As decisões de ordem familiar que levam à determinação da renda, dadas certas restrições, aparecem na Figura 1. Os rendimentos não procedentes do trabalho, isto é, a renda de bens e outras fontes, são incluídos na renda total da família, mas seus determinantes são exógenos à análise. As características demográficas são fundamentais na determinação do bem-estar econômico da família por indicarem o número de membros dependentes que ela tem de sustentar e o número de assalariados<sup>3</sup> potenciais dentro dela. Essas características são influenciadas por dois tipos de padrões de comportamento na família: primeiro, a estrutura da unidade familiar que compartilha do mesmo teto, seja uma família nuclear, uma família extensa ou outro tipo de organização familiar (incluindo-se nesse conjunto de va-

Figura 1



riáveis a determinação da idade de casamento e, em alguns casos, a entrada ou saída de migrantes); em segundo lugar, as decisões da família no tocante à geração de filhos. Observamos, em seguida, a relação entre a capacidade potencial de a família produzir renda e

1 Grupo de Planejamento da Área Metropolitana de Belo Horizonte.

2 Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais.

3 O termo "assalariado" traduz neste trabalho o termo inglês *earner*, abrangendo, assim, qualquer indivíduo que desempenhe atividade remunerada, seja como empregado, funcionário, empregador ou trabalhador autônomo. O termo exclui remuneração não monetária, não abrangendo, portanto, trabalhadores remunerados somente em espécie.

as rendas por ela realizadas. Ocorre neste ponto, como se pode observar na Figura 1, um entrosamento das variáveis significantes envolvidas, sendo a participação e as rendas determinadas conjuntamente no decorrer do processo decisório, dada a acumulação de capital humano da família em questão.

A análise não aborda especificamente a complicada questão da determinação conjunta de participação e de renda; não inclui, tampouco, os fatores determinantes da estrutura demográfica da família e o grau de escolaridade de seus membros. O estudo se concentra na utilização de assalariados potenciais no mercado (considerada sua dotação de capital humano) e na renda por eles obtida de acordo com sua posição nos diferentes níveis de bem-estar econômico na cidade.

O índice empregado para distinguir os diferentes níveis da vida é a renda por unidade adulto-equivalente (YCON) de uma família.<sup>4</sup> Evidentemente, a renda de uma família não constitui em si mesma uma medida adequada de sua posição na escala econômica: as famílias maiores podem ter mais assalariados, e isso faz crescer a renda total da família. Por outro lado, a renda *per capita* dá excessiva importância às crianças na determinação do bem-estar de uma família. A renda real não corresponde proporcionalmente ao seu número de membros, independentemente de suas idades. De modo geral, as famílias maiores terão um número significativamente maior de crianças pequenas e, se não se proceder a um ajustamento das idades dos membros da família, muitas das famílias maiores ficarão artificialmente situadas na parte inferior da escala de rendas. Por isso, dividimos a renda familiar pelo número total de unidades adulto-equivalentes de cada família e distribuimos as famílias em quatro

<sup>4</sup> Procedeu-se à conversão em unidades adulto-equivalentes utilizando-se os seguintes pesos: de 0 a 2 anos de idade = 0,1 unidade; de 2 a 10 anos de idade = 0,5 unidade; de 10 anos de idade ou mais = 1,0 unidade. Encontra-se uma análise da metodologia de conversão em Milton Friedman, "A Method of Comparing Income of Families Differing in Composition", Conference on Research in Income and Wealth, *Studies in Income and Wealth*, vol. 15 (1952), pp. 9-24. Ver também E. Keliman, "Age Composition, Size of Household and the Interpretation of Per Capita Income", in *Economic Development and Cultural Change*, vol. 15 (1966), pp. 37-58.

classes de renda (pobre, baixa, média e alta), definindo para isso quatro intervalos de YCON.<sup>5</sup>

Os componentes que determinam o YCON de cada classe de famílias são apresentados abaixo. Nosso objetivo é examinar as reivindicações impostas à renda da família pelo ônus de dependência e sua capacidade de gerar renda em cada um dos quatro níveis de vida. Nosso ponto de partida é a identidade que define YCON:

$$\frac{Y}{N} = \frac{L}{N} \cdot \frac{P}{L} \cdot \frac{E}{P} + \frac{R}{N}$$

onde:

$Y$  = renda da família;

$N$  = número de unidades adulto-equivalentes na família;

$L$  = número de assalariados "potenciais" na família (por definição, adultos não estudantes);

$P$  = número de trabalhadores efetivos que participam no mercado de trabalho;

$E$  = renda produzida pelos participantes;

$R$  = rendimentos da família não procedentes do trabalho.

<sup>5</sup> Os limites mais alto e mais baixo dos quatro intervalos de renda familiar por consumidor adulto-equivalente são apresentados abaixo em cruzeiros de 1972 por mês:

YCON	Mais Baixo	Mais Alto
Pobre.....	0	100
Baixa.....	101	368
Média.....	369	727
Alta.....	728	aberta

O salário mínimo legal na Área Metropolitana de Belo Horizonte por ocasião da pesquisa (novembro de 1972) era de Cr\$ 268,00, ou seja, aproximadamente US\$ 43 por mês, à taxa de câmbio de Cr\$ 6,215 por dólar.

A atenção se concentra em cada um dos três fatores do lado direito da identidade. Interessam-nos, em primeiro lugar, as características demográficas da família que determinam a relação  $L/N$ . A proporção do efetivo potencial de adultos que são utilizados no mercado de trabalho,  $P/L$ , é determinada por fatores que afetam a participação, alguns dos quais podem ser detectados pela análise econômica. Finalmente, a capacidade de gerar renda dos membros da família que efetivamente participam no mercado, juntamente com os rendimentos não procedentes do trabalho que a família recebe, determinam sua renda monetária total.<sup>6</sup>

A distinção entre assalariados principais e secundários é de particular importância na análise das funções de participação e geração de renda dos participantes.<sup>7</sup> É fato sabido que as variações da capacidade de produzir renda das famílias, assim como entre grupos de renda, são devidas principalmente aos diferentes graus de participação de adultos que não são seus principais geradores de renda. Embora uma parte considerável da diferença entre a renda obtida por assalariados principais e secundários possa decorrer de diferenças no capital humano dos dois tipos de assalariados, estamos interessados em verificar se existe qualquer relação sistemática entre tais diferenças e a classe de renda da família.

Nossa definição dos fatores que determinam a renda da família constitui na realidade uma tautologia. O interesse da análise, porém, está no desdobramento dos fatores e na determinação de sua importância para cada um dos quatro níveis de YCON. Dessa forma, torna-se nos possível *quantificar a importância relativa* dos três grupos gerais de fatores — estrutura demográfica, participação de assalariados

<sup>6</sup> A importância de possíveis interações entre  $E$  e  $P$ , conforme indicam os coeficientes de correlação entre o número de assalariados na família e o logaritmo das rendas por tipo de assalariado, mostra não haver correlação significativa entre essas variáveis. Os coeficientes são: assalariado principal (0,09); assalariados secundários do sexo masculino (0,001); e assalariados secundários do sexo feminino (-0,05). Isso dá a entender que podemos confiar na análise de componentes individuais tal como foi acima formulada.

<sup>7</sup> Define-se como assalariado principal aquele que recebe a remuneração mais alta entre os membros da família; assalariados secundários são todos os demais membros da família ocupados em atividades remuneradas. Foram excluídos da análise todos os empregados domésticos.

secundários e capacidade de gerar renda de assalariados tanto principais quanto secundários — para o bem-estar da família.

Dois importantes aspectos conceituais relativos ao quadro de referência da análise devem ser esclarecidos desde logo. Primeiro, a classificação de famílias por classes de YCON deixa implícito o fato de que estamos observando famílias que, *no momento da observação*, se encontram em determinado nível de bem-estar. Assim sendo, não é levado em conta o processo da mudança econômica. Em particular, não sabemos quantas famílias, em qualquer categoria de YCON, acham-se “em transição”, no sentido de que estão naquela classe apenas durante uma fase de seu ciclo de vida. Só seria possível uma investigação apropriada do importante tema do ciclo de vida das famílias se houvesse dados de pesquisas longitudinais disponíveis. Ainda assim, indicaremos nos pontos apropriados da análise o que nosso material *sugere*, através da observação especialmente das idades dos chefes de família nos diferentes grupos familiares da amostra. Em segundo lugar, um dos aspectos mais atraentes do estudo é sua contribuição para o esclarecimento das causas da pobreza. Não pertence ao âmbito deste trabalho a consideração de todos os fatores relevantes ao estudo da pobreza, tais como os antecedentes de trabalho da família e as variáveis intergeracionais, mas, dentro dos limites dos dados, procuramos comparar as diferenças entre características de famílias que se acham acima do nível de pobreza e as de famílias pobres.

A análise empírica da distribuição de renda foi feita, em grande parte, usando indivíduos como unidades de estudo. Temos, primeiro, estudos de funções de renda que procuram explicar diferenças nos rendimentos de trabalhadores individuais em função de suas características — quase sempre dentro do quadro de referência do capital humano.<sup>8</sup> Existe, em segundo lugar, um conjunto substancial de literatura sobre os fatores que afetam a decisão (ou a capaci-

<sup>8</sup> Ver J. Mincer, *Schooling, Experience and Earnings* (Nova York: NBER, 1974). Encontram-se também estudos de casos latino-americanos em Martin Canroy, “Earnings and Schooling in Mexico”, in *Economic Development and Cultural Change* (julho de 1967); e J. Verslius, “Education, the Labor Market and Employment: A Case Study for Peru”, Working Paper n.º 4 (World Employment Programme, ILO, Education and Employment, dezembro de 1974), p. 17.

dade) de grupos de assalariados individuais de participar nas atividades do mercado. Esses estudos freqüentemente usam características familiares (por exemplo, número de crianças pequenas na família) como variáveis explicativas do comportamento de certos tipos de trabalhadores (por exemplo, esposas em diferentes grupos etários). A ênfase, porém, recai no tratamento dos diferentes tipos de assalariados como categorias separadas. Este enfoque não especifica a contribuição conjunta de assalariados secundários à renda familiar de diferentes classes de famílias.

É geralmente reconhecido que a família constitui a unidade apropriada para o estudo da distribuição da renda. A família é a instituição que sustenta os membros improdutivos da sociedade e, nesse sentido, influencia a redução da desigualdade de rendas. Por outro lado, as decisões sobre geração de filhos, educação e atividades dos membros no mercado também constituem decisões de família, no sentido de que são, de modo geral, tomadas por mais de um membro. As repercussões dessas decisões sobre a distribuição da renda até agora não estão claramente definidas.

Vários autores têm investigado “perfis de pobreza” tendo a família como unidade de observação, mas esses perfis geralmente não fazem mais do que enumerar as características dos chefes de família ou do que descrever a composição de certas famílias que parecem representar as que se encontram abaixo da linha de pobreza, em comparação com o conjunto da população.<sup>9</sup> Este trabalho pretende fazer um pouco mais do que isso e procura deduzir a significação quantitativa de alguns dos fatores que determinam a posição relativa quanto à renda de famílias de Belo Horizonte.

A análise do material empírico é apresentada em duas partes. A Seção 2 trata das diferenças na estrutura e na capacidade de produzir renda das famílias em cada um dos quatro níveis de YCON, e a Seção 3 examina os determinantes da capacidade de as famílias obterem renda.

<sup>9</sup> Existem estudos desse tipo sobre o Brasil e a Malásia. Ver A. Fishlow, “Brazilian Size Distribution of Income”, in *American Economic Review* (maio de 1972); e Sudhir Anand, “The Size Distribution of Income in Malaysia — Part II: A Human Capital Analysis” (Oxford: St. Catherine’s College, maio de 1974), versão preliminar mimeografada.

## 2 — Estrutura das famílias, emprego e renda — uma visão de conjunto

### 2.1 — A base estatística

Belo Horizonte é a terceira cidade do Brasil em tamanho. Sua população metropolitana aumentou de 486.000 habitantes em 1950 para 1.600.000 em 1970, a uma taxa de crescimento anual de 6,2% no intervalo. A migração, 90% da qual procedente do Estado de Minas Gerais, foi a causa de 60% desse crescimento, e é grande a probabilidade de continuar havendo substancial incremento. A cidade localiza-se no vértice superior de um triângulo em cuja base, cerca de 480 quilômetros ao sul, ficam a capital industrial e a antiga capital administrativa do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro. O crescimento econômico e demográfico da cidade tem ocorrido em função de mercados estaduais e regionais. O desenvolvimento de Belo Horizonte durante os últimos 20 anos tem como paralelo modificações econômicas e demográficas semelhantes que estão ocorrendo atualmente em seis outras áreas metropolitanas do Brasil.

Os dados do PLAMBEL e do CEDEPLAR consistem em uma amostra representativa de 2.445 famílias. Tomou-se o cuidado de submeter a controles o congestionamento ou a duplicação domiciliar, não se tendo incluído na amostra mais que uma família por unidade residencial. Informações detalhadas sobre migração e ocupação, inclusive material retrospectivo, foram obtidas do chefe da família, e dados similares, exceto informações retrospectivas, foram obtidos por amostragem de outros adultos da família. Dos demais membros da família foram obtidas características básicas, tais como idade, sexo e situação ocupacional. Dados individuais sobre renda, obtidos com referência ao último mês, perfazem uma amostra fidedigna dos rendimentos individuais médios mensais. Como ocorre em janeiro a entrada no mercado de trabalho de pessoas que deixaram a escola, a realização da pesquisa em novembro assegura que os dados sobre emprego não são afetados por flutuações dessa natureza. Foram feitos esforços especiais para elaborar um questionário que possibilitasse uma visão dos mecanismos de ação do mercado de trabalho no

contexto de um crescimento urbano muito rápido. Apesar desses esforços, manifestaram-se várias deficiências no curso da análise do comportamento no mercado de trabalho e seu papel na atividade econômica da família. Essas deficiências serão examinadas mais adiante.

## 2.2 — Tamanho da família

Uma família média em Belo Horizonte tem 5,12 membros. Entre eles, 1,55 são assalariados, 0,74 são crianças de menos de seis anos e 1,14 crianças em idade escolar, entre sete e 14 anos. Os outros 2,12 membros são adultos de 15 anos ou mais que não exercem atividade remunerada. Os valores médios dessas variáveis para a amostra e para cada grupo de YCON aparecem na Tabela 1. O padrão geral associado a essas médias é de declínio do tamanho da família com o aumento da renda e de maior número de assalariados por família nos grupos de renda média.

TABELA 1

*Características da estrutura da família por classe de renda familiar*

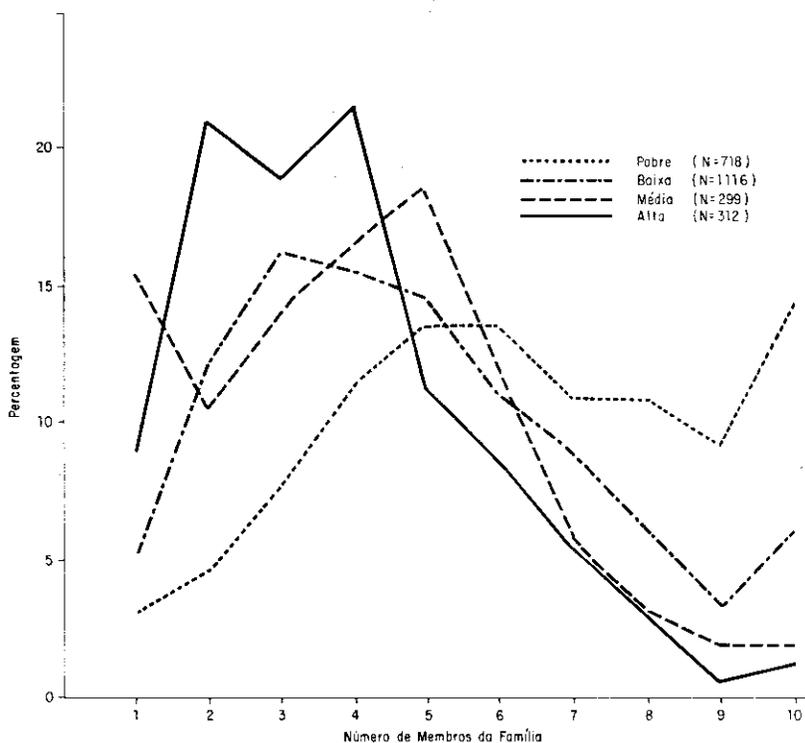
Características		Classe de Renda Familiar				
		Total	Pobre	Baixa	Média	Alta
Tamanho da Família.....	Média	5,112	6,369	4,927	4,164	3,792
	Desvio-Padrão	(2,768)	(2,921)	(2,654)	(2,555)	(2,006)
Número de Assalariados.....	Média	1,481	1,262	1,617	1,562	1,420
	Desvio-Padrão	(1,102)	(0,980)	(1,202)	(1,095)	(0,897)
Número de Crianças de Menos de Seis Anos.....	Média	0,736	1,007	0,669	0,488	0,449
	Desvio-Padrão	(1,039)	(1,232)	(0,971)	(0,804)	(0,759)
Número de Crianças de Sete a 14 Anos.....	Média	1,140	1,802	0,933	0,759	0,721
	Desvio-Padrão	(1,403)	(1,583)	(1,248)	(1,148)	(1,166)
Número de Adultos Inativos (15 Anos ou Mais).....	Média	1,565	1,959	1,519	1,206	1,163

O Gráfico 1 mostra a distribuição de famílias por tamanho segundo a classe de renda. Os grupos de renda alta e média compreendem quase um terço das famílias com apenas um ou dois

membros. O grupo pobre, em contraste com as outras classes de renda, é constituído em grande parte de famílias de seis membros ou mais.

Gráfico 1

DISTRIBUIÇÃO DE FAMÍLIAS POR TAMANHO E CLASSE DE RENDA FAMILIAR



A estrutura de idade das crianças demonstra que as famílias pobres, ao contrário do que comumente se supõe, têm proporcionalmente menos filhos em idade pré-escolar (em comparação com os em idade escolar) do que qualquer outra classe de renda, embora o número absoluto de crianças dos dois grupos etários seja maior entre os pobres.

### 2.3 — Assalariados e dependentes

A Tabela 2 mostra a relação entre o tamanho da família e o número de assalariados, indicando assim as similaridades entre famílias das classes de renda média e alta que só têm um assalariado quando pequenas (um ou dois membros) e vários assalariados quando de tamanho médio ou maior. Quanto às famílias muito grandes (oito membros ou mais), o número médio de assalariados para as de baixa renda é superior à média da amostra e também às médias de todas as outras classes de renda.

TABELA 2  
*Número médio de assalariados por tamanho da família e classe de renda familiar*

Tamanho da Família	Total		Número Médio de Assalariados			
	Número de Famílias	Média	Pobre	Baixa	Média	Alta
1	(156)	0,74	0,48	0,68	0,80	0,96
2	(264)	1,02	0,67	0,92	1,19	1,31
3	(340)	1,23	0,91	1,18	1,59	1,40
4	(372)	1,44	1,05	1,45	1,59	1,76
5	(352)	1,51	1,19	1,55	1,79	1,77
6	(285)	1,61	1,22	1,74	1,92	1,96
7	(212)	1,84	1,32	2,09	2,59	2,06
8	(165)	1,94	1,42	2,51	1,67	2,44
9	(113)	2,22	1,72	3,03	2,25	*
10	(180)	2,68	2,08	2,51	*	*

\* As células são muito pequenas.

Na associação observada entre maior renda e maior número de assalariados, a diferença maior e mais constante entre classes ocorre entre a classe pobre e a baixa, com as famílias de baixa renda ultrapassando em número de assalariados as pobres em famílias de todos os tamanhos. Essa diferença é particularmente grande em famílias de nove membros (+1,31) e de 10 membros (+1,43). Como preponderam na classe pobre famílias de tamanho maior que a média da amostra, esse hiato entre o tamanho da família e o número de assalariados tem importantes implicações no que diz respeito ao

bem-estar. Ademais, o uso de médias encobre o fato de que nada menos de 16,8% das famílias pobres não têm sequer um assalariado.<sup>10</sup> Com relação às outras classes de renda, a proporção de famílias sem nenhum assalariado é a seguinte: 7% para as famílias de baixa renda, 7,4% para as de renda média e 4,5% para as de renda alta. Nas classes de renda mais alta, as famílias em que não há assalariados são preponderantemente pequenas ou de tamanho médio (um a cinco membros), enquanto que entre as famílias pobres de seis membros ou mais se encontram 11% em que não há assalariados.

As características demográficas da família e as taxas de utilização de adultos como assalariados podem ser combinadas em quocientes de dependência que expressam a relação entre os que usam e os que contribuem para a renda da família. Mostra a Tabela 3 que as famílias de renda média e alta têm basicamente a mesma estrutura, tanto na relação geral entre usuários e fornecedores de renda como na medida em que estes são distribuídos entre crianças e adultos. Entre famílias de baixa renda e famílias pobres, as diferenças estruturais são significativas. Apesar da considerável variação em torno da média, a taxa total de dependência entre os pobres é decorrente de igual número de adultos e crianças. A quantidade de dependentes

TABELA 3

*Quociente médio de dependência por composição da família e classe de renda familiar*

Quociente de Dependência	Total	Pobre	Baixa	Média	Alta
Total (Membros da Família/ Assalariados).....	3,314	4,807	2,993	2,554	2,390
Crianças (Membros da Família de 0-14 Anos/Assalariados).....	1,213	2,165	0,969	0,778	0,734
Adultos (Membros da Família de 15 Anos ou Mais/Assalariados)...	1,371	2,168	1,215	0,967	0,823

<sup>10</sup> Família "sem assalariado" é aquela em que o trabalho não é fonte de renda pecuniária. A categoria abrange aposentados e todos aqueles que vivem "de rendas", transferências e/ou rendimentos de bens, assim como os desempregados.

entre os pobres é quase duas vezes maior que a observada para famílias de baixa renda.

#### 2.4 — Dependência e ciclo de vida das famílias

O fato de se ter encontrado um quociente de crianças dependentes mais alto para as famílias pobres poderia sugerir uma representação excessiva de famílias jovens nessa classe e, conseqüentemente, uma relação espúria. Para verificar essa possibilidade analisamos variações nos quocientes de dependência mantendo constante a idade do chefe da família. Os resultados, apresentados no Gráfico 2, mostram que as famílias pobres são caracterizadas por um quociente de dependência mais alto que a média, seja qual for sua posição no ciclo de vida, medida pela idade do chefe de família. Mostram também que a maior diferença entre classes ocorre no ponto médio do ciclo de vida da família — quando o chefe tem entre 30 e 49 anos e a maioria dos filhos tende a residir com a família. Noutras palavras, não há uma associação sistemática entre os encargos mais pesados de dependência com que arcam os assalariados pobres, quer com a fase inicial, quer com a fase final do ciclo de vida da família.

Um aspecto específico das famílias pobres e de baixa renda é a ocorrência de chefes jovens sustentando dois familiares adultos. As famílias de renda alta e média tendem a sustentar mais de um adulto somente quando os chefes têm 40 anos ou mais. Isso implica a possibilidade de estar incorporado na estrutura das famílias pobres e de baixa renda um genitor mais velho ou um parente colateral adulto, enquanto que essa ocorrência parece ser menos provável nas famílias de renda média e alta.<sup>11</sup> Para testar essa hipótese, seria necessário dispor de dados mostrando a relação de cada membro da família com seu chefe, assim como de dados sobre transferências de renda. Os dados disponíveis sugerem que a estrutura familiar extensa e o número maior de filhos por assalariado encontrados entre as

<sup>11</sup> Por outro lado, é possível que assalariados de renda média e alta também sustentem parentes adultos mas não vivam com eles. Nossa definição de família exclui membros que não moram no domicílio familiar e as transferências de renda que possam estar a eles associadas.

famílias pobres (quase três vezes mais que entre as de renda alta) são dois fatores distintos que influenciam o alto quociente de dependência observado naquela classe de renda, e ambos têm impacto equivalente na geração daquele quociente.

O ciclo de vida parece influenciar de forma diferente a dependência em cada classe de renda, embora os chefes de família muito jovens não sejam pobres em sua maioria nem arquem com os mais pesados encargos de dependência. A observação de que o quociente de dependência mais alto nas classes de renda alta e média ocorre 10 anos mais tarde do que nas classes pobre e de baixa renda ilustra bem esse aspecto. É provável que essa defasagem no tempo seja devida a uma combinação de fatores, tais como: (a) formação mais tardia na família; (b) famílias com dois assalariados na fase inicial

Gráfico 2

QUOCIENTE MÉDIO DE DEPENDÊNCIA (NÃO ASSALARIADOS / ASSALARIADOS) PARA A FAMÍLIA POR IDADE DO CHEFE E CLASSE DE RENDA FAMILIAR

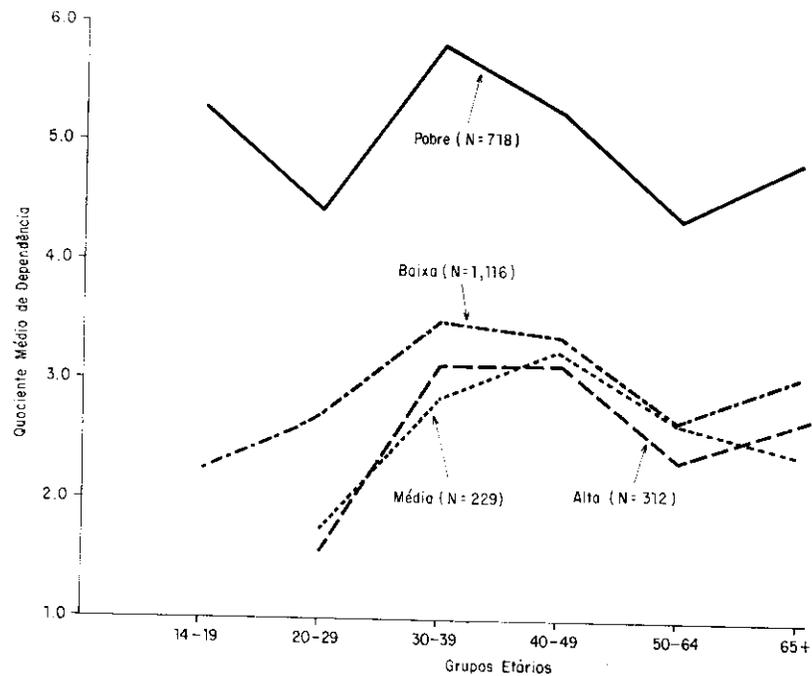
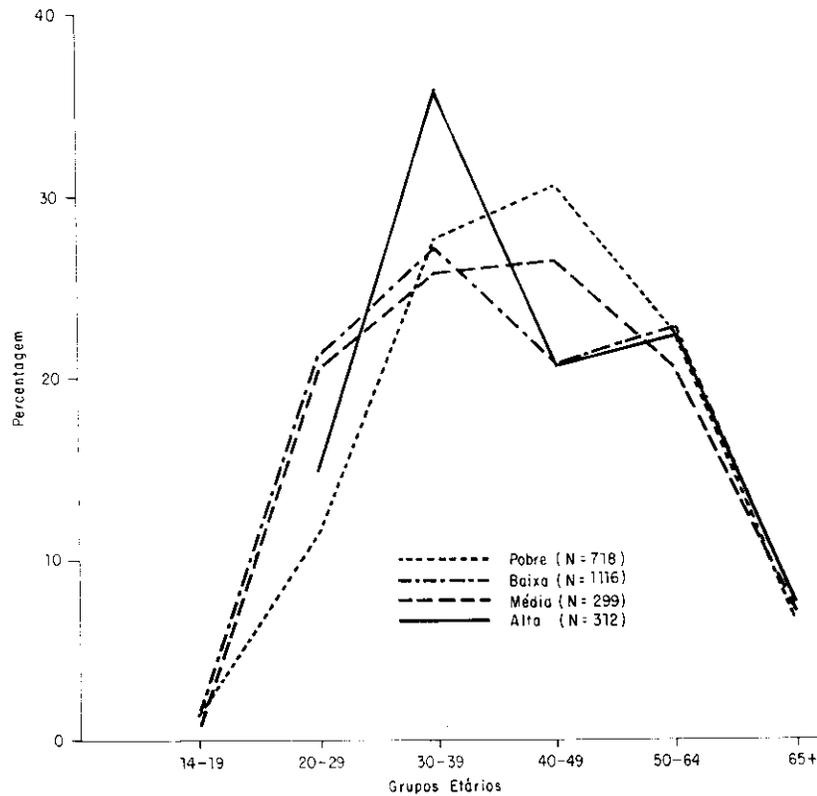


Gráfico 3

## DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DOS CHEFES DE FAMÍLIA POR CLASSE DE RENDA FAMILIAR



do ciclo de vida familiar; (c) taxas mais baixas de natalidade. Além disso, a distribuição etária dos chefes de família, que aparece no Gráfico 3, apresenta inesperadas variações por classe de renda. No caso específico do intervalo etário de 30 a 49 anos, há representação excessiva de chefes de família de alta renda de 30 a 39 anos e de chefes de família pobres de 40 a 49 anos, enquanto os chefes de baixa renda de mais de 40 anos parecem estar insuficientemente representados. Isso indicaria que algumas famílias atravessam a linha divisória entre baixa renda e pobreza quando o encargo de dependência

de assalariados pobres chega ao ponto máximo (por volta dos 40 anos), enquanto seus rendimentos chegam ao máximo quando são mais jovens (cerca de 30 anos), estabilizando-se a partir de então.<sup>12</sup>

## 2.5 — Padrões de emprego dos membros da família

Cumpramos acentuar de início que ños estamos referindo principalmente ao emprego de tempo integral, isto é, que mais de 80% dos assalariados incluídos na amostra trabalham oito horas por dia ou mais. A única exceção significativa é encontrada entre assalariados secundários do sexo feminino das classes de renda alta e média, que geralmente trabalham de quatro a sete horas por dia. Essa jornada de trabalho mais curta corresponde a empregos públicos, como o magistério, por exemplo, que paga salário integral por funções que exigem a passagem de menos de oito horas por dia no local de trabalho.<sup>13</sup>

A taxa global de emprego para a população maior de 14 anos, em Belo Horizonte, é de 45,7%. Essa taxa seria ligeiramente maior se fossem incluídos na análise os empregados domésticos. As taxas de emprego variam significativamente, conforme a classe de renda da família, como se indicará adiante:

	Classe de Renda da Família			
	Pobre	Baixa	Média	Alta
Taxas Médias de Emprego (%)...	32,6	49,8	52,8	56,7

<sup>12</sup> Assim como há mudanças aparentes da classe de renda alta para a média, pode haver também da classe de renda baixa para a média, o que volta a indicar a necessidade de estudos longitudinais dos níveis de vida da família. Padrões semelhantes entre famílias das classes trabalhadoras dos Estados Unidos são examinados por V. K. Oppenheimer, "The Life-Cycle Squeeze: The Interaction of Men's Occupational and Family Life Cycles", in *Demography*, volume II, n.º 2 (maio de 1974), pp. 227-45.

<sup>13</sup> As horas de trabalho serão incluídas como variável explanatória na análise de resíduos de renda, na Seção 3, mas pode-se considerar pequeno o impacto da distinção entre emprego a tempo completo e subemprego sobre os resultados mencionados nesta seção.

Ao contrário do que se poderia esperar, esse padrão não pode ser atribuído unicamente a diferenças nas taxas de emprego de mulheres; ocorre, na verdade, uma variação maior nas taxas para homens do que para mulheres, como se indica abaixo:

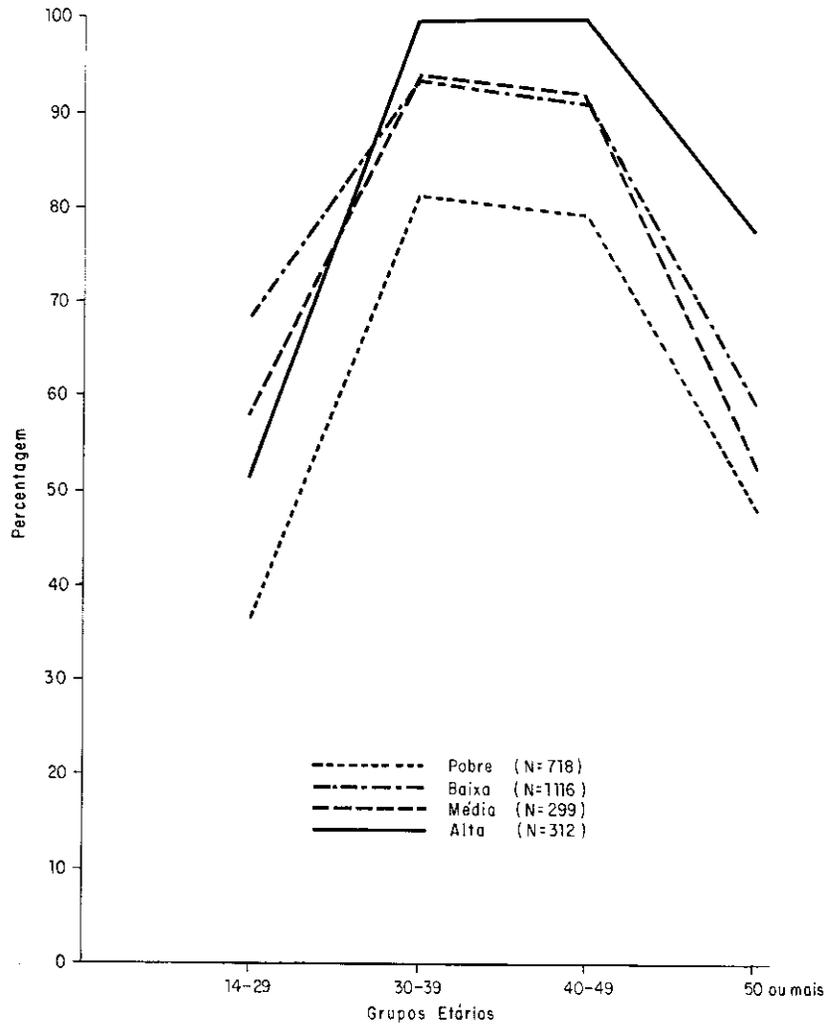
Taxas de Emprego	Pobre	Baixa	Média	Alta
Homens.....	51,8	74,3	70,0	80,3
Mulheres Casadas.....	9,3	15,9	28,4	31,7
Mulheres Solteiras (Inclusive Viúvas e Separadas).....	18,7	36,2	40,4	36,4

O Gráfico 4 apresenta as taxas de emprego de homens, por idade e grupo de renda. Embora a variação etária das taxas de emprego para homens acompanhe o mesmo padrão para todas as classes de renda, há um hiato substancial entre as classes de renda para todas as idades. As famílias pobres distinguem-se por taxas muito baixas de emprego, que não passam de 80% mesmo no ponto máximo, o que reflete o importante efeito do desemprego como causa de pobreza.<sup>14</sup> De modo geral, as taxas de emprego aumentam para todos os grupos etários, segundo a classe de renda. A exceção significativa, neste particular, diz respeito ao grupo etário mais jovem (14-29 anos) de homens de famílias de baixa renda, que têm a mais alta taxa de emprego entre todas as classes. No grupo de idade acima de 50 anos, a taxa de emprego de homens de baixa renda é inferior apenas à daqueles de renda alta. É evidente que um significativo aumento da taxa de atividade entre membros do sexo masculino de algumas famílias, naqueles grupos etários extremos, constitui fator importante na elevação dessas famílias acima da linha de pobreza.

<sup>14</sup> A análise dos determinantes de desemprego escapa ao âmbito deste trabalho. Belo Horizonte passou, porém, por continuado crescimento econômico regional e local durante a última década. Isso parece indicar que a explicação das taxas de desemprego deve ser procurada no estudo da estrutura do mercado de trabalho e das características dos trabalhadores. Pode-se encontrar contribuições a um enfoque multidimensional dessa natureza em Robert E. Hall, "Why Is the Unemployment Rate so High at Full Employment?", in *Brookings Papers on Economic Activity*, n.º 3 (1970). Ver também David Metcalf, "Urban Unemployment in England", in *The Economic Journal*, n.º 75 (1975), pp. 578-89; e David Gordon, *Theories of Poverty and Unemployment* (Heath, 1972).

Gráfico 4

TAXAS DE EMPREGO PARA HOMENS POR IDADE E CLASSE DE RENDA FAMILIAR



Os Gráficos 5 e 6 dão as taxas de emprego de mulheres. O padrão de emprego de mulheres em Belo Horizonte é semelhante ao observado em países industrializados em apenas um aspecto: o número de mulheres solteiras empregadas é substancialmente maior que o de casadas. Contudo, entre as mulheres casadas em Belo Horizonte, as mais ricas (e mais bem instruídas), e não as mais pobres, é que predominam entre as que têm emprego. Mesmo entre mulheres solteiras, a taxa de emprego das da classe pobre situa-se apenas ligeiramente acima da metade da correspondente a mulheres da classe média.

Com exceção, porém, das mulheres pobres, a colocação de mulheres, comparada com os padrões internacionais, é realmente muito elevada, chegando à média de 29% para todas as mulheres e a 37% para as mulheres solteiras consideradas como um grupo.<sup>15</sup> As mulheres tanto casadas quanto solteiras, de todas as classes de renda, chegam a sua taxa máxima de emprego entre os 30 e os 39 anos de idade. Ao contrário das taxas masculinas, as referentes a mulheres caem, por vezes abruptamente, por vezes ligeiramente, dos 40 anos em diante.

As taxas de desemprego aberto de homens variam, segundo o nível de renda, entre 11,7% para os pobres, 3,7% para os de baixa renda e 0,7% para os de renda média. A Tabela 20 (no Apêndice) indica a atividade principal de adultos por classe de renda da família, sexo, idade e, para as mulheres, estado civil. Sugerem essas cifras que uma proporção substancial de homens da classe pobre, que não estão atualmente procurando emprego, são classificados como aposentados

<sup>15</sup> Do caso dos Estados Unidos em 1960: apenas 18% das mulheres casadas de mais de 16 anos participavam na força de trabalho, e a taxa para todas as mulheres maiores de 14 anos era de 32%. Ver William G. Bowen e T. A. Finnegan, *The Economics of Labor Force Participation* (Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1969), p. 565. Na América Latina, as taxas brutas de participação de mulheres na força de trabalho em 1970 situavam-se, em média, em 20,6% para os países mais industrializados (Argentina, Barbados, Chile, Trinidad-Tobago e Venezuela), em 37,2% para os países predominantemente agrícolas (Bolívia, Haiti, Honduras) e em 12,9% a 13,4% para os demais. A taxa global para a região, para mulheres maiores de 15 anos, aumentou de 17,6% em 1950 para 22,2% em 1970. Ver Organização dos Estados Americanos, *Women in the Latin American Labor Forces* (OEA/Ser. K/XIII.5, Doc. 10, 12 de setembro de 1975), Quadros 4 e 6.

Gráfico 5

TAXAS DE EMPREGO PARA MULHERES SOLTEIRAS  
POR IDADE E CLASSE DE RENDA FAMILIAR

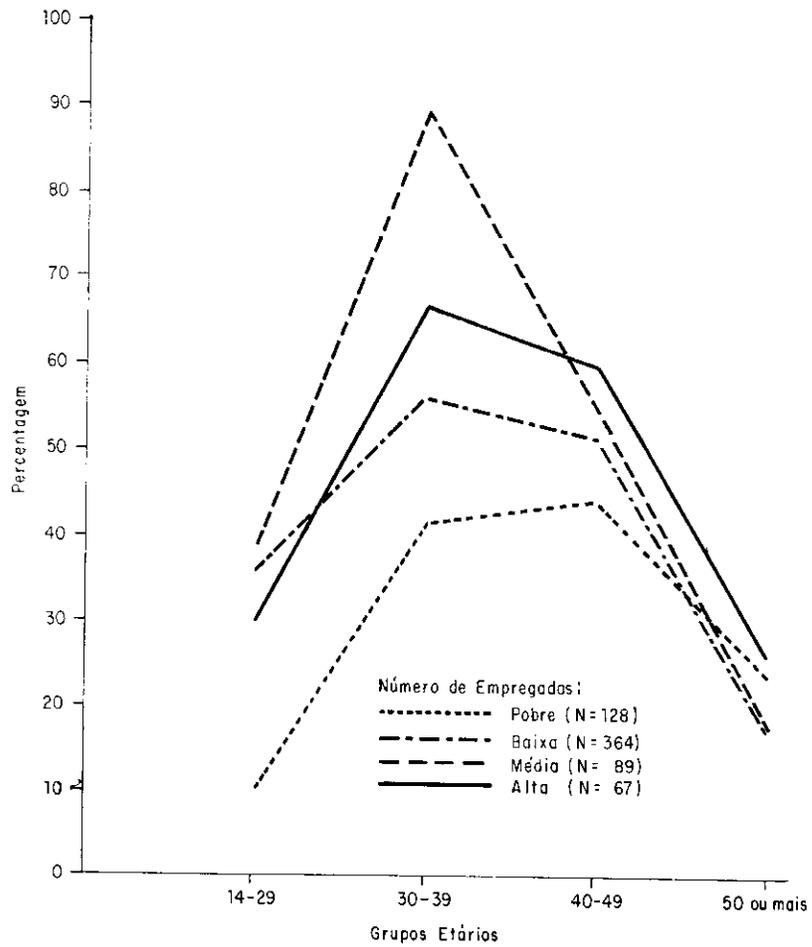
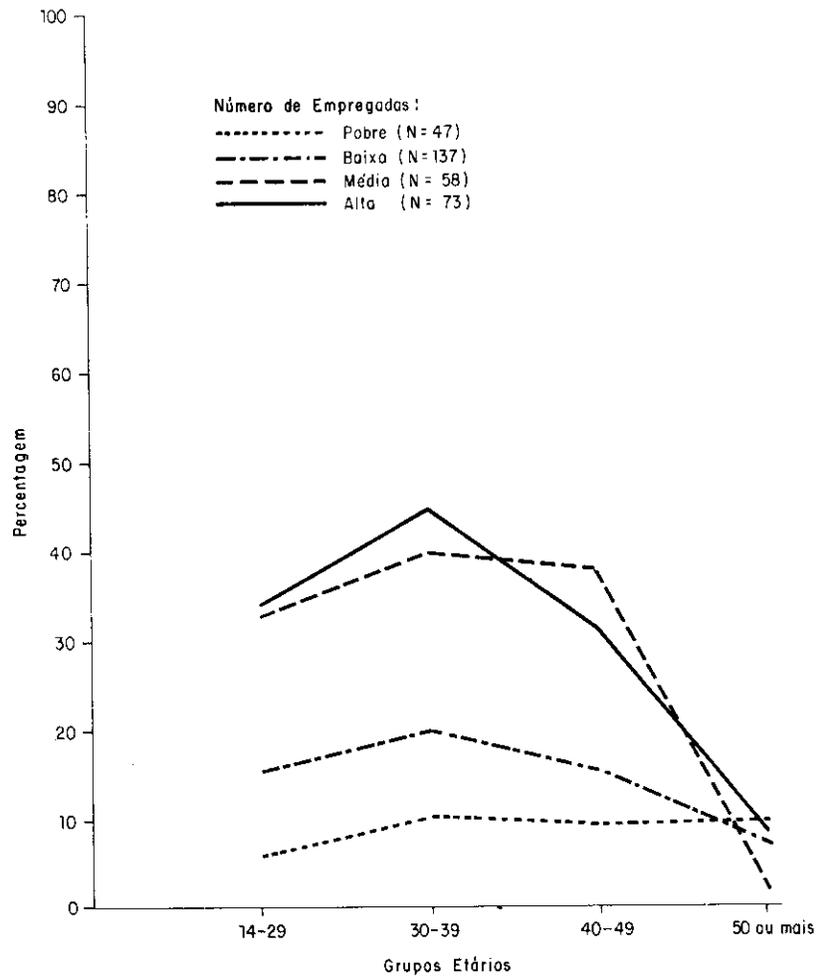


Gráfico 6

TAXAS DE EMPREGO PARA MULHERES CASADAS POR IDADE E CLASSE DE RENDA FAMILIAR



ou inválidos e poderiam ser também casos de desemprego disfarçado. Se for esse o caso, as taxas de desemprego entre os pobres atingiriam níveis críticos mesmo para homens entre 25 e 49 anos.<sup>16</sup>

## 2.6 — Impacto da localização da residência sobre o emprego

A distribuição espacial das famílias dentro da área metropolitana tipicamente influencia os padrões de emprego em cidades onde as oportunidades de emprego se concentram no centro, enquanto que os pobres vivem em núcleos periféricos e as facilidades de transporte ligando o centro à periferia são deficientes ou demasiado caras para beneficiar os trabalhadores. Em Belo Horizonte esse modelo não se aplica plenamente por ser a cidade composta de um número considerável de bairros sócio-economicamente mistos, por não serem muito grandes as distâncias do centro à periferia e por apenas 16,6% da população total viverem na periferia urbana.<sup>17</sup> Apesar disso, a representação de famílias pobres é, como se poderia esperar, maior em núcleos periféricos. O efeito total desse padrão de localização da residência sobre o emprego não é grande, embora seja significativo com relação a certos grupos da população: homens da classe pobre, homens jovens em geral e todas as mulheres, excetuadas as ricas. As taxas brutas de emprego observadas no centro e na periferia da cidade são:

Classe de Renda da Família	Taxas de Emprego			
	Homens		Mulheres	
	Centro	Periferia	Centro	Periferia
Pobre.....	53,3	46,9	16,1	9,7
Baixa.....	74,5	74,0	28,5	19,7
Média.....	70,0	68,5	36,7	22,5
Alta.....	74,0	91,7	33,7	47,1

<sup>16</sup> A alta proporção de homens inativos mais idosos, que não são aposentados ou inválidos, nem estão procurando trabalho, entre a classe pobre, pode indicar o efeito da legislação do salário mínimo sobre o emprego de trabalhadores considerados em fase de declínio da produtividade.

<sup>17</sup> Foi definido como periferia o espaço compreendido pelos distritos censitários localizados fora da área populacional principal da conurbação de Belo Horizonte

No caso de homens jovens (14 a 19 anos), as taxas de desemprego aberto são 6% mais altas na periferia do que no centro, dando a entender que as dificuldades na procura de emprego, como a de acesso à informação, por exemplo, poderiam estar relacionadas com a localização periférica da residência. São insignificantes as diferenças entre taxas de desemprego aberto para outros grupos de idade e sexo, exceto pelo fato de viver na periferia um número relativamente maior de adultos aposentados. Assim sendo, podemos formular a hipótese de que os pobres — que combinam grandes famílias com adultos aposentados — consideram atraentes os aluguéis mais baixos da periferia, ao tomar suas decisões residenciais, muito embora, ao optarem pela periferia, possam estar prejudicando a geração mais jovem, ao limitar as oportunidades de encontrar emprego nas fases iniciais de sua vida adulta. A Seção 3 examina o impacto da localização do domicílio sobre a renda individual. Embora seja perceptível, esse impacto não é grande.

## 2.7 — Assalariados principais e secundários

Os assalariados principais são de modo geral do sexo masculino, correspondendo às mulheres apenas 15,6% do total. A probabilidade de encontrar assalariados principais do sexo feminino é maior nas famílias pobres, onde a cifra é de 18,4%, em comparação com 14,8% nas famílias de baixa renda, 15,4% nas de renda média e 13,0% nas de renda alta. A distribuição etária de assalariados principais, como já se mencionou, indica não haver preponderância de famílias pobres com assalariados principais jovens, encontrando-se nelas, porém, mais assalariados principais de mais de 40 anos do que se poderia esperar da distribuição etária da amostra total.

Entre os assalariados secundários, 47,4% são mulheres, e a proporção aumenta ao aumentar a renda familiar (36,0% entre assalariados secundários pobres, 45,1% entre os de renda baixa, 55,2% entre os de renda média e 64,2% entre os de renda alta). Entre os trabalhadores secundários do sexo masculino, a grande maioria tem

(Belo Horizonte e Contagem), ou seja, os de Betim, Caeté, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Sabará, Santa Luzia e Vespasiano.



TABELA 5

*Distribuição de assalariados secundários pela posição na estrutura da família e pela classe de renda familiar*

(%)

Posição na Estrutura da Família	Total	Classe de Renda Familiar			
		Pobre	Baixa	Média	Alta
Chefe.....	7,9	12,2	7,5	6,8	5,5
Cônjuge.....	14,8	8,4	9,2	24,5	38,3
Outra.....	77,3	79,4	83,3	68,7	56,3

14 a 29 anos de idade, embora o grupo etário de 14 a 19 só seja significativa para as famílias pobres e de baixa renda (ver Tabela 4). Correspondem a cônjuges 14,8% de todos os trabalhadores secundários, mas, como já vimos, as taxas de emprego de mulheres casadas são muito mais altas nas classes média e alta do que nas classes mais baixas. É importante considerar se os trabalhadores secundários são predominantemente cônjuges, chefes de família ou "outros" membros (ou seja, principalmente, filhos crescidos), uma vez que a posição na família afeta a distribuição por sexo e por idade desses assalariados. O grande número de cônjuges entre trabalhadores secundários de renda alta (23,5% mais que a média da amostra) poderia estar refletido na representação excessiva de trabalhadores secundários entre 25 e 49 anos observada naquela classe de renda. De igual forma, a concentração de assalariados secundários das classes baixa e pobre no grupo etário mais jovem provavelmente está ligada a uma proporção maior de filhos crescidos empregados nessas classes. Além disso, encontramos uma proporção relativamente alta de assalariados secundários pobres de 50 anos ou mais, sugerindo a possibilidade de haver entre os pobres uma proporção maior de chefes de família na posição de assalariados secundários. A distribuição geral de assalariados secundários segundo sua posição na estrutura familiar é mostrada na Tabela 5.

## 2.8 — Grau de instrução e ocupação dos assalariados

Sugere a teoria do capital humano que o grau de instrução dos assalariados deve aumentar ao aumentarem os níveis de renda da

família. É de interesse verificar se ocorrem rupturas acentuadas na composição educacional de assalariados, de tal forma que determinados grupos de renda possam ser identificados com graus específicos de instrução. A Tabela 6 mostra a distribuição por assalariados dos sexos masculino e feminino para os grupos de renda. Apesar da considerável superposição entre classes ao nível de curso primário completo, há uma nítida diferenciação entre pelo menos três das quatro classes:

- Pobre — apenas primário completo;
- Baixa — ausência de analfabetos e de assalariados de nível universitário;
- Média — primário completo e acima;
- Alta — mesmo que a média.

A Tabela 6 mostra a diferença entre níveis de instrução de assalariados dos dois sexos. O grau de instrução dos assalariados do sexo feminino das famílias pobres é claramente mais baixo por haver nesse grupo uma proporção substancialmente maior de analfabetos. Contudo, nos demais grupos de renda mais alta, excetuados apenas os assalariados com instrução universitária da classe de renda alta, essa distribuição por sexo se inverte, isto é, as mulheres tendem a ter nível de instrução mais elevado que os homens. É evidente a existência de colocação seletiva de mulheres em atividades remuneradas no mercado de trabalho de Belo Horizonte, atuando a instrução formal como um filtro mais eficaz para mulheres do que para homens.

Ao se observar a distribuição ocupacional de assalariados, que a Tabela 7 resume para as quatro classes de renda e que figura mais detalhadamente na Tabela 21 (no Apêndice), é importante não perder de vista a estreita relação entre o grau de instrução e a ocupação. Dessa perspectiva, a ocupação reflete a habilidade e, por conseguinte, a dotação de capital humano do trabalhador. A Tabela 7 mostra que os pobres geralmente pertencem à categoria ocupacional de trabalhadores manuais, e os ricos à de trabalhadores não manuais (embora, em cada caso, cerca de 10% dos assalariados de ambos os sexos pertençam à outra categoria). Nos grupos de renda baixa e média a maior parte dos assalariados se distribui entre ocupações não

TABELA 6

*Distribuição de assalariados por níveis de instrução, sexo e classe de renda familiar (%)*

Níveis de Instrução	Total		Pobre		Baixa		Média		Alta	
	Masculino	Feminino								
Analfabeto.....	6,0	7,3	14,3	24,0	4,6	4,2	2,6	2,0	—	2,9
Primário Incompleto.....	25,9	14,4	43,9	31,4	27,9	14,8	6,1	4,8	3,3	2,1
Primário Completo.....	50,5	43,1	41,1	41,7	59,4	52,5	52,4	37,4	28,4	17,1
Secundário.....	9,6	24,8	0,5	2,9	6,5	24,4	28,6	36,1	20,7	41,4
Universitário.....	7,9	10,4	0,2	—	1,6	4,0	10,3	19,7	47,5	36,4
Número.....	(2 467)	(961)	(572)	(175)	(1 285)	(499)	(311)	(147)	(299)	(140)

TABELA 7

*Distribuição ocupacional de assalariados por sexo e classe de renda familiar*

Ocupação	Total		Pobre		Baixa		Média		Alta	
	Masculino	Feminino								
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
Gerente.....	6,5	2,1	1,1	0,6	3,6	0,2	12,9	7,5	23,1	5,0
Profissional Liberal.....	3,7	6,5	---	---	1,0	4,8	4,5	6,8	21,4	20,0
Burocrata.....	12,5	19,3	1,2	1,7	6,6	15,9	31,0	32,7	40,1	39,3
Não Manual de Rotina.....	17,1	28,0	9,1	6,3	21,4	33,8	24,2	36,7	6,7	25,7
Manual Especializada.....	34,7	18,7	40,2	33,1	42,8	20,1	17,7	10,2	7,0	4,3
Manual não Especializada.....	25,5	25,4	48,4	58,3	24,6	25,2	9,7	6,1	1,7	5,7
Número Total.....	(2 466)	(959)	(572)	(175)	(1 285)	(497)	(310)	(147)	(299)	(140)

manuais e manuais especializadas, pertencendo uma quarta parte dos assalariados de ambos os sexos do grupo de baixa renda à categoria ocupacional mais baixa, ou seja, a de trabalhadores manuais não especializados. O trabalho não manual de rotina constitui uma ocupação muito importante para mulheres de todas as classes, exceto as do grupo de renda mais pobre. Por essa razão, a distribuição de mulheres assalariadas entre os três grupos ocupacionais não manuais é menos concentrada que a de homens das mesmas classes de renda. Não quer isso dizer que haja um grau menor de concentração ocupacional entre as mulheres trabalhadoras de Belo Horizonte do que noutras economias; na verdade, quatro ocupações (empregada doméstica, professora, lavadeira e costureira) correspondem a 56% do total de mulheres empregadas na cidade.

A classificação ocupacional detalhada da Tabela 21 (no Apêndice) mostra a ampla variedade de ocupações dos pobres, apesar de sua contribuição proporcionalmente maior para as categorias de serviços domésticos, construção e trabalho autônomo, e de sua baixa representação nas ocupações não manuais. As diferenças observadas não indicam para os pobres uma distribuição ocupacional significativamente diferente da de toda a amostra. É de interesse o surpreendente número de pobres empregados em firmas médias e grandes, assim como no governo, aspecto que provavelmente é causa do efeito relativamente insignificante do tamanho da firma na explicação das diferenças de renda em Belo Horizonte — ver Tabela 21 (no Apêndice). Para isolar padrões típicos nas variações de renda por setor econômico, ocupação e tamanho da firma, usando controles para as características pessoais da força de trabalho, é necessário um estudo mais aprofundado. Como passo inicial nesse sentido, essas variáveis estão incluídas nas equações de regressão usadas para explicar os resíduos de renda (ver Tabela 17) na Seção 3.

## 2.9 — Rendas

O grau de instrução dos assalariados é tipicamente apresentado como um dos determinantes importantes, senão o mais importante, da renda individual. O impacto da instrução sobre a renda em

Belo Horizonte não constitui exceção a essa correlação positiva geral. O que nos interessa aqui é a magnitude desse impacto e especialmente sua relação com a classe de renda familiar do assalariado.

Se o modelo de capital humano fosse aplicável em sua forma mais pura, as classes de renda familiar seriam nitidamente separadas pelos graus de instrução dos assalariados, conforme foi mencionado na seção anterior. Embora quase não tenha havido representação de *alguns* grupos de certos níveis educacionais em cada classe, observou-se considerável sobreposição de níveis educacionais entre as classes. Os grupos pobre e de baixa renda, em especial, acusaram grande número de indivíduos com grau de instrução primária completa, ao passo que os grupos de renda média e alta incluíam assalariados cujos graus de instrução variavam desde o primário até o universitário completo. A importância quantitativa do diferencial de renda por grau de instrução é de interesse, tanto quanto a variação por classe de renda.

Os Gráficos 7 e 8 mostram rendas individuais por nível de instrução e de renda para homens e mulheres, respectivamente. O que chama especial atenção nesses gráficos é a maneira pela qual cada perfil de renda-educação se situa bem acima do precedente para as sucessivas classes de renda. Observe-se que o eixo vertical é logarítmico e que, por isso, as distâncias espaciais entre os perfis passam a indicar diferenças relativas e não absolutas nos rendimentos para o mesmo grau de instrução. Os diferenciais relativos de renda, embora menores para as mulheres do que para os homens, continuam sendo substanciais. A Tabela 8 dá os níveis quantitativos desses diferenciais por classe de renda.

Nos resultados aqui apresentados há um certo teor de pré-seleção. As diferenças nos perfis de renda-educação parecem constituir “efeitos de classe”, mas as próprias classes não são diferenciadas por fatores não ligados à renda, tais como cor ou raça.<sup>18</sup> As classes, porém, não são caracterizadas pelo intervalo de renda dos assalariados do

<sup>18</sup> Ver a análise de Harrison, que encontra diferenças muito significativas nos perfis de renda-educação de brancos e negros nas áreas metropolitanas dos Estados Unidos. Ver Bennet Harrison, *Education, Training and the Urban Ghetto* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1972).

Gráfico 7

RENDA MÉDIA INDIVIDUAL DE HOMENS (EM CRUZEIROS POR MÊS)  
POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO E CLASSE DE RENDA FAMILIAR

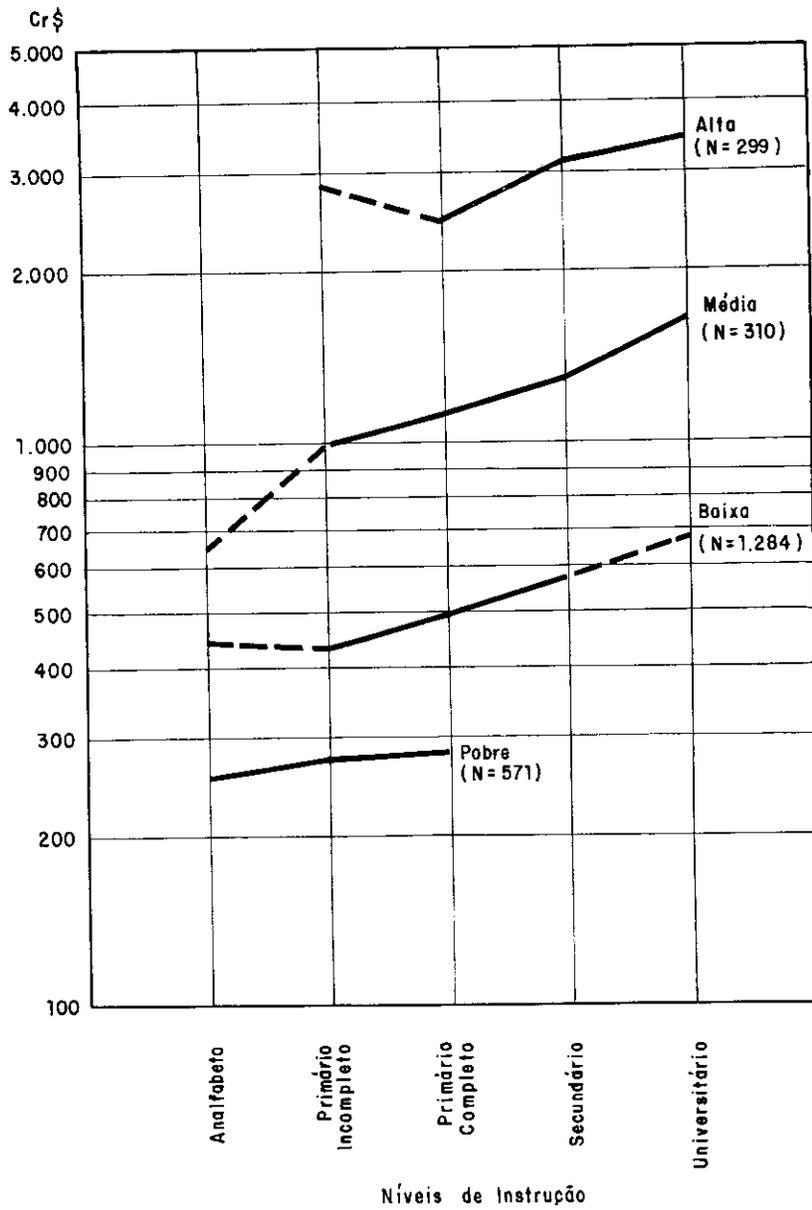


Gráfico 8

RENDA MÉDIA INDIVIDUAL DE MULHERES ( EM CRUZEIROS POR MÊS )  
POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO E CLASSE DE RENDA FAMILIAR

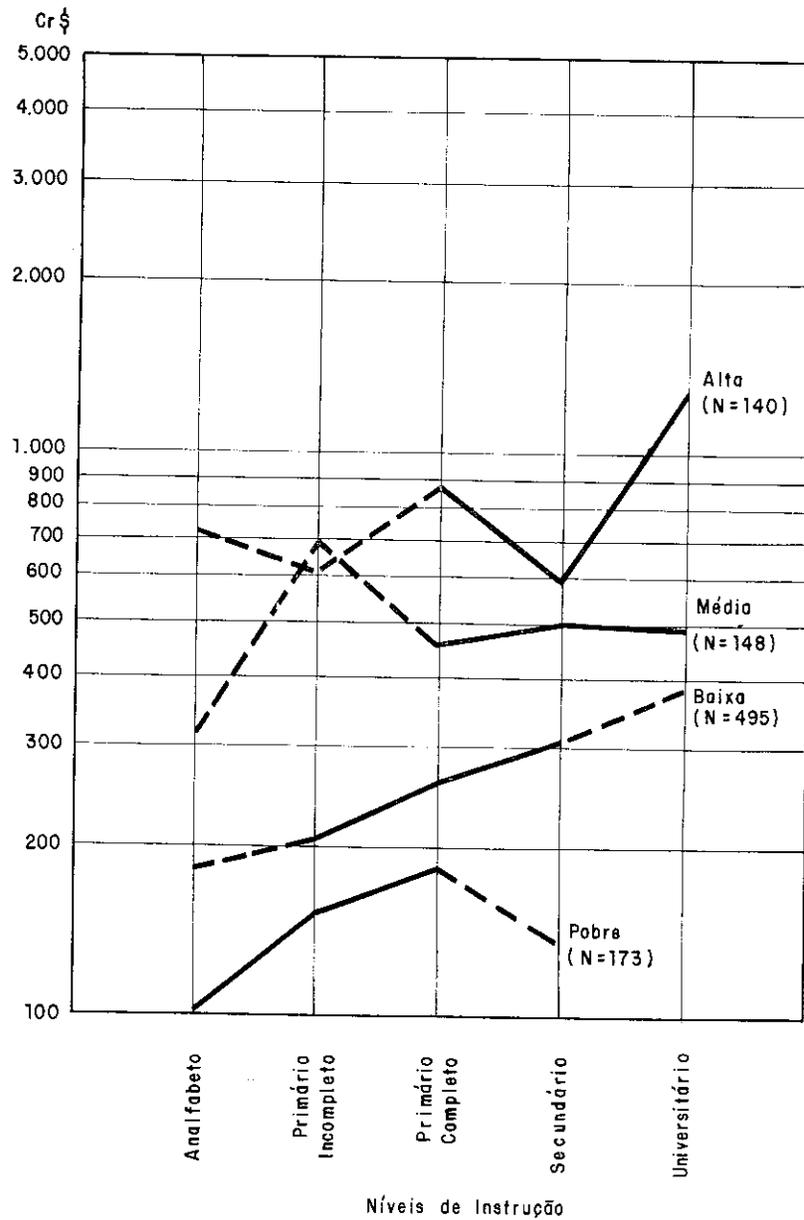


TABELA 8

*Aumento percentual de rendas médias individuais por grau de instrução, classe de renda da família e sexo*

	Analfa- betos	Primário Completo	Primário Incompleto	Secundário Completo	Univer- sitário
<b>Homens</b>					
Pobre.....	(Base)	+ 8,2	+ 1,1		
Baixa.....	(Base)	- 3,4	+14,4	+17,1	+ 17,5
Média.....		(Base)	+12,5	+14,7	+ 29,0
Alta.....		(Base)	-14,1	+26,5	+ 10,7
<b>Mulheres</b>					
Pobre.....	(Base)	+48,1	+20,8		
Baixa.....	(Base)	+11,5	+28,4	+18,3	+ 23,9
Média.....			(Base)	+ 9,6	- 1,8
Alta.....			(Base)	-32,3	+120,1

sexo masculino ou feminino, definindo-se a ordem de renda neste trabalho, pelo contrário, como a renda total da família por unidade adulto-equivalente. Na medida em que isso acontece, as diferenças entre os perfis de educação-renda constituem aspectos importantes da análise dos componentes que respondem pelas diferenças entre os níveis de bem-estar da família. Esse ponto é considerado na análise subsequente, na Seção 3.

A relação bidimensional entre educação e renda não leva em conta o efeito da idade. Os Gráficos 9 e 10 dão os perfis de renda-idade para homens e mulheres por classe de renda das famílias. Em ambos os sexos, especialmente no sexo feminino, a declividade da curva de rendas torna-se menor quando se passa de assalariados da classe de renda alta para assalariados pobres.

A Seção 3 apresenta resumidamente as características descritas nesta seção, procurando reconstruir a renda total da família através da especificação de funções de emprego e de renda e da incorporação dessas funções na estrutura familiar de cada classe de YCON.

Gráfico 9

RENDA MÉDIA INDIVIDUAL DE MULHERES (EM CRUZEIROS POR MÊS)  
POR IDADE E CLASSE DE RENDA FAMILIAR

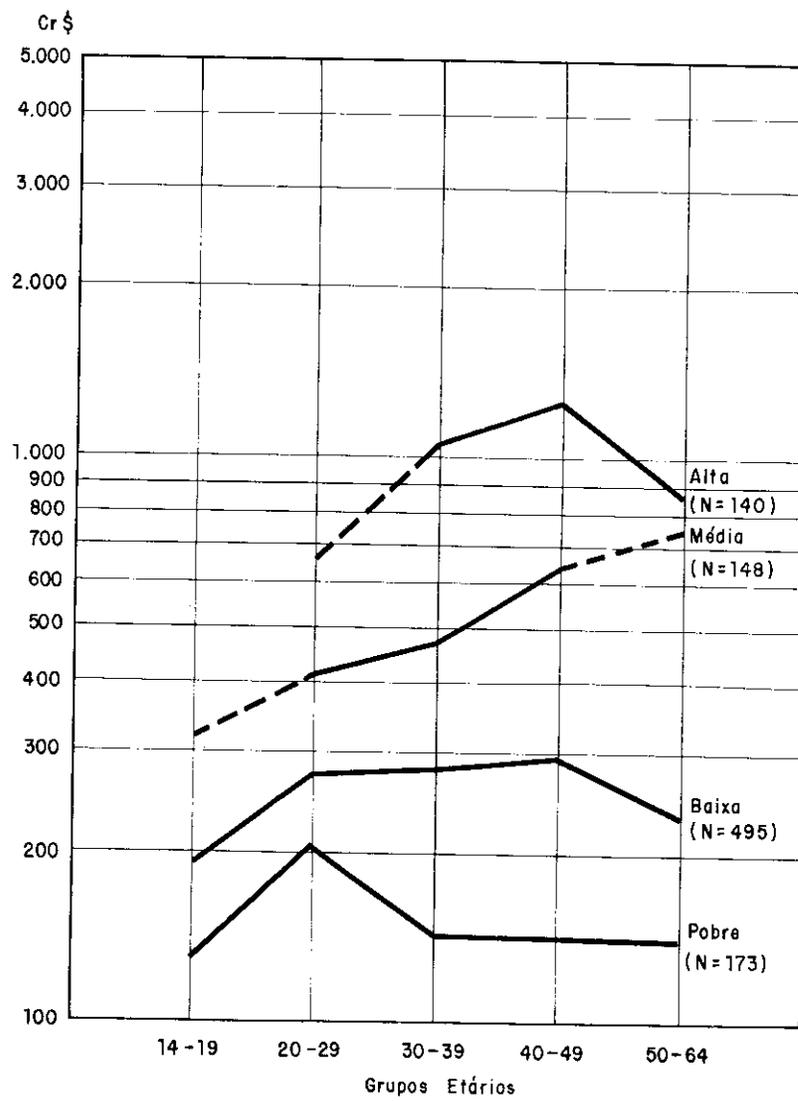
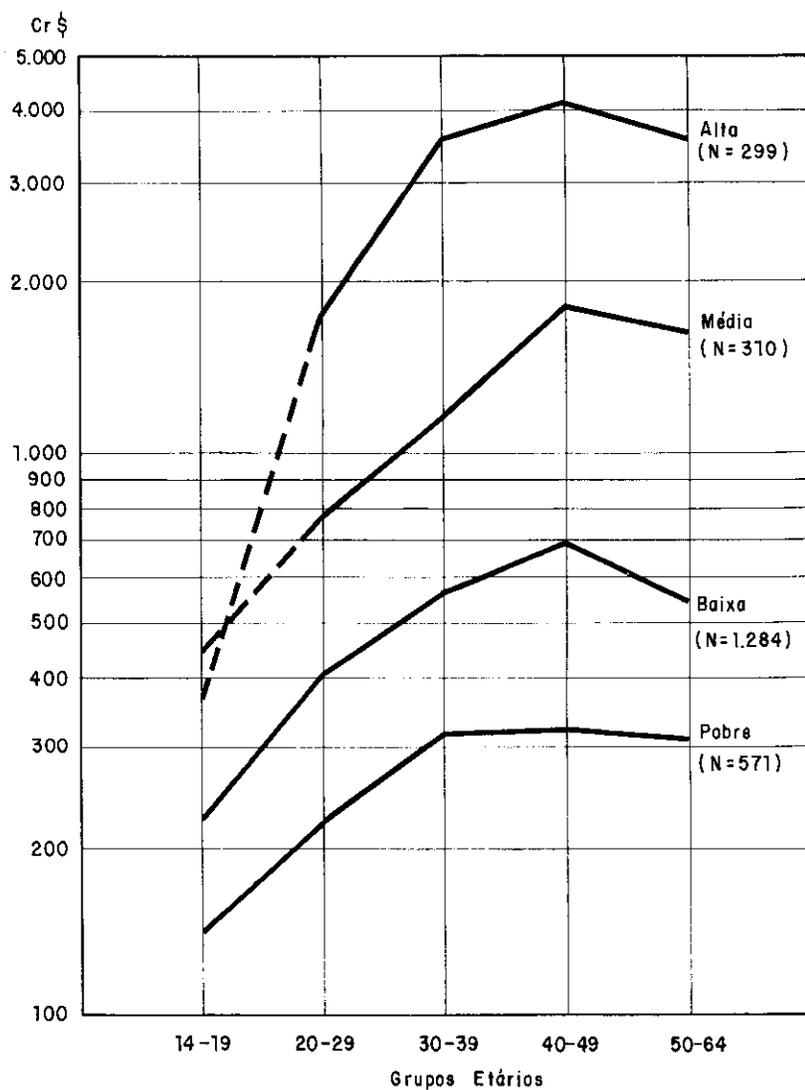


Gráfico 10

RENDA MÉDIA INDIVIDUAL DE HOMENS (EM CRUZEIROS POR MÊS)  
POR IDADE E CLASSE DE RENDA FAMILIAR



### 3 — Análise da capacidade de produção de renda da família

#### 3.1 — Quadro de referência da análise

São analisados nesta seção os determinantes da capacidade de a família produzir renda. Os níveis de renda familiar dependem das rendas combinadas de todos os membros da família que trabalham e que para ela contribuem, e de rendas não salariais tais como aluguéis, pensões, rentabilidade de investimentos, doações e outros pagamentos de transferência. As rendas não salariais são incluídas na reestruturação da renda familiar, mas seus determinantes não são aqui considerados. A renda procedente da remuneração recebida pelos trabalhadores da família será analisada em função da estrutura familiar — o número e as características dos contribuintes potenciais para sua renda. Essas contribuições têm dois conjuntos potenciais de determinantes: primeiro, os que se referem à proporção de contribuintes potenciais que efetivamente trabalham e, segundo, os que determinam os rendimentos obtidos por esses trabalhadores. Apresentamos resumidamente as características importantes dos assalariados potenciais a partir dos perfis da seção anterior, passando depois ao exame de seu efeito sobre o emprego e a renda dos membros da família. Esses efeitos serão posteriormente combinados com informações sobre o número de assalariados potenciais, deduzidas dos perfis, e readicionados aos vários componentes da renda familiar a fim de ilustrar o impacto das variáveis da estrutura da família sobre o seu bem-estar, através da sua capacidade de gerar renda.

#### 3.2 — Características dos membros da família

A Tabela 9 resume as características de assalariados potenciais deduzidas dos perfis da Seção 2. Os assalariados potenciais foram classificados como principais, como outros do sexo masculino ou como

outros de sexo feminino, conforme sua posição na família. Em famílias sem assalariados, o chefe da família foi designado como principal. Em todas as outras, o assalariado principal é a pessoa que produz mais renda. A categoria de "outros" abrange todos os adultos remanescentes (maiores de 15 anos), exceto estudantes de tempo integral. São incluídas no sumário características tanto individuais como familiares geralmente consideradas como importantes determinantes de emprego, a saber, idade, instrução, presença de filhos pequenos, assim como idade, sexo e capacidade de o assalariado principal produzir renda. O sexo é também importante determinante de colocação de outros adultos, tendo-se verificado, porém, que há interação entre esse determinante e tanto a idade quanto o nível de instrução na análise de emprego. Por essa razão, outros adultos foram analisados separadamente, segundo o sexo. A tabela mostra características de todas as famílias e das quatro classes segundo o nível de renda familiar por consumidor adulto-equivalente.

### 3.2.1 — Idade

Para a análise do emprego, os trabalhadores potenciais foram divididos em três classes etárias: de 15 a 24 anos, de 25 a 49 anos e de 50 anos ou mais. As distribuições etárias de assalariados principais, outros do sexo masculino e outros do sexo feminino aparecem na Tabela 9. As principais diferenças entre classes na estrutura etária da reserva de trabalhadores potenciais da família aparecem para os assalariados principais e outros adultos do sexo masculino. As famílias pobres acusam uma proporção menor de seus assalariados principais em potencial e outros adultos do sexo masculino nas idades de 25 a 49 anos. Nessa classe de renda, 63% dos assalariados principais têm entre 25 e 49 anos, em comparação com 68% no grupo de renda alta. Nota-se também nessa classe uma proporção maior de assalariados principais no grupo de 50 anos ou mais, em comparação com todas as demais classes, exceto as de alta renda. Encontramos menos diferenças de idade para outros assalariados potenciais do sexo feminino cuja proporção, entre as idades de 25 e 49 anos, situa-se próxima de 50% para todas as classes de renda.

### 3.2.2 — Instrução

O efeito da escolaridade sobre o emprego de assalariados potenciais foi testado pelo grau médio de escolaridade para cada um dos sub-grupos dentro das famílias. Esses graus foram ordenados numa escala de um (referente à ausência de instrução formal) a nove (referente a curso universitário completo), situando-se no intervalo entre esses extremos os graus intermediários de escolaridade.<sup>19</sup> As médias figuram na Tabela 9. Além da esperada progressão contínua do nível de escolaridade com a progressão de renda, é interessante observar que todas as três classes de assalariados potenciais situam-se, em média, em nível inferior ao de instrução primária completa, nas famílias pobres, e superior, no grupo de baixa renda. No grupo de renda alta, o grau médio de escolaridade fica ao nível de instrução secundária completa. Na categoria de outros assalariados do sexo feminino encontra-se a média mais alta nas duas classes de renda superior, devido, possivelmente, ao fato de filhas solteiras desses grupos viverem com seus pais.

### 3.2.3 — Características familiares

Além das características dos próprios assalariados potenciais, há várias características familiares que podem influenciar membros da família a procurar e obter emprego ou não. Um fator que poderia ser importante no caso das mulheres é a concorrência de obrigações decorrentes do cuidado de filhos pequenos. Embora haja, de modo geral, disponibilidade de empregadas domésticas para esse fim nas famílias de renda mais alta, é possível que as crianças pequenas dos grupos de renda inferiores tomem o tempo de um de seus membros adultos, no todo ou em parte. A Tabela 9 mostra o número médio de crianças por família, para cada um dos grupos de famílias. O número médio de crianças pequenas nas famílias pobres é mais de duas vezes maior que nos grupos de renda média e alta, ficando a classe de baixa renda numa posição intermediária.

<sup>19</sup> O uso alternativo de nove grupos de variáveis simuladas nas equações de regressão produziu resultados semelhantes, indicando que a graduação sumária constitui um método simplificado apropriado para tratar essa variável no contexto de Belo Horizonte.

TABELA 9

## Dados sobre características da família relacionados com a participação de adultos na força de trabalho

	Total	Pobre	Baixa	Média	Alta
1. Idade					
a) Principal					
<i>A</i> <sub>1</sub> (15-24)	0,127	0,128	0,149	0,100	0,071
<i>A</i> <sub>2</sub> (25-49)	0,653	0,628	0,647	0,709	0,679
<i>A</i> <sub>3</sub> (50 + )	0,220	0,244	0,204	0,191	0,250
b) Outros (Masculino)					
<i>A</i> <sub>1</sub> (15-24)	0,607	0,705	0,604	0,437	0,381
<i>A</i> <sub>2</sub> (25-49)	0,251	0,190	0,248	0,373	0,417
<i>A</i> <sub>3</sub> (50 + )	0,142	0,105	0,148	0,190	0,202
c) Outros (Feminino)					
<i>A</i> <sub>1</sub> (15-24)	0,318	0,326	0,327	0,276	0,308
<i>A</i> <sub>2</sub> (25-49)	0,510	0,522	0,491	0,528	0,530
<i>A</i> <sub>3</sub> (50 + )	0,172	0,152	0,182	0,196	0,162
2. Escolaridade*					
a) Principal					
Principal	3,483	2,196	3,107	4,860	6,486
Outros (Masculino)	3,465	2,653	3,420	4,860	6,047
Outros (Feminino)	3,492	2,245	3,092	5,349	7,516
c) Número de Crianças Pequenas	0,736	1,067	0,669	0,488	0,449
4. Proporção de Assalariados Principais não Compreendidos no Grupo de 25-49 Anos	0,347	0,372	0,353	0,291	0,321
5. Proporção de Assalariados Principais do Sexo Feminino	0,200	0,260	0,180	0,191	0,138
6. Renda por Consumidor sem Renda de Assalariado Secundário**	173	38	97	303	941
7. Renda de Assalariados Secundários como Percentagem do Total*	27	24	33	23	13
8. Número de Famílias	2 445	718	1 116	299	312

\*Os graus de escolaridade são: (1) sem instrução formal; (2) curso primário incompleto; (3) curso primário completo — até seis graus; (4) ginásio incompleto (7.º ao 9.º grau); (5) ginásio completo; (6) colégio incompleto (9.º ao 12.º grau); (7) colégio completo; (8) curso universitário incompleto; (9) curso universitário completo.

\*\*Rendas em cruzeiros de 1972 por mês.

### 3.2.4 — Características do assalariado principal

Um conjunto adicional de determinantes da participação de outros adultos que não o assalariado principal diz respeito à suficiência de sua renda para a manutenção da família.<sup>20</sup> A análise do emprego, do ponto de vista do capital humano, sugere que a insuficiência de rendimentos do assalariado principal pode ser um estímulo para que outros membros da família procurem emprego. Com relação aos níveis de renda familiar, esse efeito se faz notar em sentido oposto ao do que se refere ao nível de escolaridade acima mencionado. Uma vez que a elevação do nível de escolaridade está geralmente associada à elevação da renda, e a insuficiência da renda a níveis educacionais mais baixos, é possível que os dois efeitos se anulem um ao outro quando observados empiricamente, tornando-se assim difícil sua identificação. Para estudar o efeito da suficiência de rendimentos sobre a colocação de outros adultos nos dados de Belo Horizonte, incluímos três variáveis relacionadas com o potencial de renda do assalariado principal nas funções de emprego para outros membros da família. São elas a idade e o sexo do assalariado principal e a renda por consumidor sem as rendas dos assalariados não principais. Incluem-se nestas tanto a renda do assalariado principal como a renda não salarial, que se supõe ser recebida pela família independentemente das atividades dos assalariados secundários. A Tabela 9 mostra a proporção de assalariados principais que se encontram fora da categoria de idade entre 25 e 49 anos e a proporção de assalariados principais do sexo feminino. Presume-se que os dois grupos têm efeito negativo sobre as rendas do assalariado principal e, conseqüentemente, um efeito positivo sobre o emprego de outros membros.

Para dar uma indicação do impacto dos assalariados secundários na renda familiar, a linha sete da Tabela 9 mostra a proporção da contribuição de assalariados secundários para a renda familiar por consumidor. A média é de 27%. A participação diminui ao aumentar o nível de renda familiar, exceto no caso das famílias pobres, que mostram uma parcela menor que a do grupo de baixa renda.

<sup>20</sup> Define-se suficiência neste trabalho como renda familiar sem a contribuição de assalariados secundários.

Embora a renda total por consumidor na classe de baixa renda seja quase três vezes maior que na classe pobre, a renda dessa classe, sem a contribuição de assalariados secundários, é apenas 2,5 vezes maior em comparação com a dos pobres.

### 3.3 — Estrutura da renda familiar

Antes de passar à análise das funções de emprego e de renda, convém assinalar tanto as semelhanças quanto as diferenças no padrão estrutural da renda familiar por classe. A distribuição dos rendimentos totais entre renda procedente e não procedente do trabalho varia segundo a classe de renda da família (ver Tabela 10). A maior parte da variação é observada na renda não procedente do trabalho, que corresponde a entre 2 e 25% do total. O que geralmente se observa é que o assalariado principal contribui com cerca de 66%, variando a parcela correspondente ao assalariado secundário em função da importância relativa da renda não procedente do trabalho. Quanto à distribuição de outras rendas entre fontes não ligadas ao trabalho e assalariados secundários, as famílias de renda alta têm uma parcela excepcionalmente grande de renda não procedente do trabalho, em comparação com outras classes. Contudo, excetuadas essas famílias, quase um terço da renda familiar é produto da contribuição de assalariados secundários. Essa contribuição é particularmente importante na classe de baixa renda, em que representa 33% da renda total da família, o que nos permite supor que um número considerável de famílias de baixa renda estaria na classe pobre se não contasse com rendas de trabalhadores secundários.

### 3.4 — Funções de emprego

Os dados resumidos na Tabela 9 foram usados para estimar funções de emprego para os membros adultos da família. Como já se mencionou, as funções foram estimadas separadamente para assalariados principais e para outros membros do sexo masculino e do sexo feminino. Os estudantes de tempo integral foram excluídos da análise. Para estimar as funções foi utilizada uma análise de regressão

TABELA 10

*Composição da renda familiar por classe de renda da família*  
(Valores médios em percentagens)

Classe de Renda da Família	Fontes de Renda Familiar			
	Renda não Procedente do Trabalho*	Rendas do Trabalho**		Total
		Assalariados Principais	Assalariados Secundários	
Pobre.....	6,06	69,70	24,24	100,00
Baixa.....	1,80	65,52	32,68	100,00
Média.....	9,68	67,34	22,98	100,00
Alta.....	24,88	62,29	12,83	100,00
Total.....	6,96	66,56	26,48	100,00

\*Inclui pensões, aluguéis, transferências, rendas de bens.

\*\*Renda média mensal de trabalho.

de variáveis simuladas.<sup>21</sup> Nas equações para outros adultos, usaram-se variáveis simuladas para situação ocupacional e idade e para idade e sexo do assalariado principal. Para as variáveis restantes — grau de instrução, número de filhos pequenos e suficiência de renda — foram usados valores absolutos mostrados na Tabela 9, com a diferença de que a última dessas variáveis foi convertida em logaritmos para a análise de regressão.<sup>22</sup> Os resultados da análise são apresentados na Tabela 11.

<sup>21</sup> Ver Norman H. Nie *et al.*, *SPSS-Statistical Package for Social Sciences* (2.<sup>a</sup> edição; New York: McGraw-Hill Book Co., 1975), pp. 373-78.

<sup>22</sup> Utilizou-se o método dos mínimos quadrados para derivar os coeficientes de regressão, reconhecendo-se que esse método produz estimadores ineficientes e a possibilidade de prever taxas de colocação maiores que um e menores que zero. Tomou-se a decisão de não utilizar o método de logit/máxima verossimilhança, que seria preferível, após uma avaliação dos custos e benefícios de sua maior precisão. Watson mostrou que, quando as médias a serem estimadas não se grupam em torno de valores próximos de zero ou um, a imprecisão dos mínimos quadrados não é grande. Como nosso objetivo se limita à estimação das taxas de emprego para as quatro classes de renda familiar, foi aceito o método dos mínimos quadrados. Ver Peter Watson, "Choice of Estimation Procedure for Models of Binary Choice", in *Regional and Urban Economics*, 4 (1974), pp. 187-200.

As equações foram assim especificadas:

$$E = a + b_1 SEX + b_2 IDA + b_3 ED + b_4 FP + b_5 \log SUFR + u$$

onde:

$E$  = refere-se à situação de trabalho e toma o valor 1 para os que trabalham e 0 para os que não trabalham;

$SEX$  = refere-se ao sexo da pessoa;

$IDA$  = refere-se ao grupo etário da pessoa;

$ED$  = refere-se ao nível de instrução da pessoa;

$FP$  = refere-se ao número de filhos pequenos na família;

$SUFR$  = refere-se à medida de suficiência da renda descrita na Tabela 12;

$u$  = refere-se ao erro de estimativa.

#### 3.4.1 — Emprego de assalariados principais

Por definição, há relativamente pouca variação a explicar nas taxas de emprego de assalariados principais, pelo fato de terem sido eles escolhidos com base em suas rendas, o que implica estarem trabalhando. Só em famílias onde não havia trabalhadores surgiu a possibilidade de existirem “assalariados” principais sem trabalho, caso em que o chefe da família e o assalariado principal foram considerados a mesma pessoa. Assim, o que os resultados da regressão mostrados na Tabela 11 explicam para o “assalariado” principal é a ocorrência de chefes de família que não trabalham. Quando se verifica, essa ocorrência geralmente está relacionada com a idade e o sexo do chefe da família. As taxas de emprego de chefes de família de mais de 50 anos são 30% inferiores às dos mais jovens. Para as mulheres chefes de família encontraram-se taxas de emprego 11% mais baixas. O grau de escolaridade tem um efeito positivo, situando-se os trabalhadores com baixo grau (um), em média, 14% abaixo dos de nível universitário. Como emprego é contérmino de participação, no sentido aqui definido, é possível que o efeito de cada uma das variáveis inclua diferenças de desemprego, assim como de efetiva participação na força de trabalho. Assinala-se ainda que esta

equação de regressão se concentra na análise de famílias cujos chefes não trabalham, ao passo que uma análise completa deveria incluir as funções de participação também de outros membros adultos da família.

TABELA 11

*Funções de emprego*

Variáveis*	Chefes		Outros (Masculino)		Outros (Feminino)	
	b	(t)	b	(t)	b	(t)
<b>Idade</b>						
A <sub>1</sub> (15-24).....	0,301	(11,00)	0,321	(14,91)	0,088	(3,67)
A <sub>2</sub> (25-29).....	0,316	(19,02)	0,378	(13,90)	0,066	(3,39)
Instrução.....	0,018	(5,43)	0,094	(19,87)	0,061	(18,95)
Número de Crianças Pequenas	0,001	(0,14)			-0,038	(5,12)
Sexo do Assalariado Principal (Chefe).....	-0,112	(6,22)	-0,032	(2,49)	0,167	(9,00)
Idade do Assalariado Principal	—		-0,007	(0,62)	0,004	(0,28)
Suficiência da Renda do Assalariado Principal.....	—		-0,001	(0,26)	-0,040	(13,21)
Constante (A <sub>3</sub> , S <sub>0</sub> ).....	0,562		0,026		0,180	
R <sup>2</sup> .....	0,18		0,622		0,20	
Erro-Padrão de Estimativa..	0,338		0,245		0,333	
Teste F.....	109,46		668,6		84,56	
Observações.....	(2 445)		(706)		(772)	

\* Classe de idade A<sub>3</sub> = 50 anos ou mais; S<sub>0</sub> = homens. A variável instrução é tratada como um contínuo, dado o uso de graus de escolaridade ordenados numa escala de 1 (sem instrução formal) a 9 (curso universitário completo). Idade do assalariado principal = proporção de assalariados principais de 25-49 anos.

A suficiência de renda do assalariado principal é o logaritmo da renda familiar por equivalente de consumo sem a renda de assalariados secundários.

### 3.4.2 — Emprego de outros adultos

As funções de emprego para outros adultos foram submetidas ao mesmo processo que as referentes ao assalariado principal, com a diferença apenas de que as estimativas foram feitas por sexo. A interação entre sexo e outras variáveis fica evidente quando examinamos os coeficientes de idade. A idade tem acentuado efeito positivo quando examinamos os coeficientes de idade, bem como sobre o emprego de homens, ao passo que o perfil de emprego por idade

para mulheres é muito mais plano. A média para trabalhadores entre 25 e 49 anos do sexo masculino é 40% mais alta do que para homens mais velhos, em comparação com uma diferença de 7% para mulheres. De modo geral, a equação para homens explica mais variação do que a equação para mulheres ( $R^2$  para homens é 0,62, em comparação com 0,20 para mulheres). O grau de instrução tem acentuado efeito positivo sobre as taxas de emprego para ambos os sexos, mas também neste caso o efeito é maior para o sexo masculino. Comparando-se os graus médios de instrução de adultos pobres e de renda alta, os coeficientes sugerem uma diferença de 35% no emprego dos homens (21% para os pobres e 56% para os de alta renda, mantendo-se constantes outros fatores) e de 30% para as mulheres (16 contra 46%). Os efeitos das outras variáveis são indefinidos e têm importância geralmente menor que os efeitos da idade e do grau de instrução. As crianças pequenas têm efeito ligeiramente negativo sobre a colocação de mulheres. Por exemplo, a média de 1,067 crianças pequenas por família pobre resultaria numa diferença percentual de 4% entre a taxa de colocação de mulheres de famílias pobres e a de mulheres de famílias de renda alta, onde a média de crianças pequenas é de 0,44. Passando às características do assalariado principal e ao efeito da suficiência da renda, nem sua idade, nem seu sexo teve efeito significativo sobre o emprego de outros adultos do sexo masculino. É mais freqüente a constatação de mulheres que trabalham quando o assalariado principal é também do sexo feminino. A variável suficiência de renda tem o esperado sinal negativo para ambos os sexos, mas só para as mulheres é significativamente diferente de zero. O efeito, porém, é pequeno e não chega a neutralizar as influências negativas do grau de instrução, quando todas as características de outros do sexo feminino são somadas e comparadas para o caso de famílias pobres em relação às demais.

Disso resulta que as taxas de emprego previstas pela aplicação de coeficientes de regressão às características familiares de cada classe de renda, para outros adultos assim como para os assalariados principais, são significativamente mais baixas para as famílias pobres, quando comparadas com os outros grupos de renda:

TABELA 12

*Taxas de emprego previstas (versus observadas) por classe de renda familiar*

Tipo de Assalariado	Classe de Renda Familiar			
	Pobre	Baixa	Média	Alta
Principal.....	0,81 (0,81)	0,85 (0,90)	0,88 (0,91)	0,90 (0,94)
Outros do Sexo Masculino.....	0,56 (0,49)	0,62 (0,77)	0,84 (0,84)	0,86 (0,88)
Outros do Sexo Feminino.....	0,25 (0,20)	0,28 (0,32)	0,36 (0,43)	0,47 (0,45)

De acordo com a Tabela 12, dever-se-ia esperar que as famílias pobres, com base principalmente nas diferenças de idade, sexo e grau de instrução dos membros da família, mostrassem taxas de emprego 9% mais baixas para seus assalariados principais, em comparação com os assalariados principais dos grupos de renda mais alta, 30% mais baixas para outros do sexo masculino, em comparação com os de renda mais alta, e 22% mais baixas para outros do sexo feminino, em relação aos assalariados das outras classes de renda. Quando comparamos as taxas de emprego previstas com as observadas, verificamos serem elas iguais para os assalariados principais de famílias pobres, ao passo que as taxas estimadas para os grupos de renda mais alta são relativamente baixas em comparação com as taxas reais. Isso parece indicar que os assalariados principais de renda mais alta são capazes de compensar o *deficit* de capital humano que leva à expectativa de taxas mais baixas para eles. Passando a outros adultos, as taxas observadas tanto para homens quanto para mulheres do grupo pobre são menores do que se poderia prever com base em seus dotes de capital humano — dando a entender que houve intervenção de outros fatores na redução de suas taxas de emprego. O contraste entre os pobres e as outras classes se torna mais nítido quando os comparamos com a classe de baixa renda, cujas taxas projetadas são todas inferiores aos seus níveis observados de emprego. Nas famílias de baixa renda, o emprego é claramente superior ao que poderíamos esperar com base em suas reservas de capital humano.

Essas taxas de emprego serão traduzidas em números reais e esperados de trabalhadores na Tabela 16. Esta tabela reconstrói a renda familiar mediante a combinação de reservas de assalariados potenciais, taxas de emprego e estimativas de renda. Antes de fazer isso, porém, temos de determinar as capacidades de produzir renda dos membros da família que trabalham.

### 3.5 — Funções de renda

Para estabelecer a relação entre composição da família e geração de renda familiar, o passo seguinte é a determinação da renda dos membros que encontraram emprego. As funções de renda para os assalariados principais e secundários de famílias de Belo Horizonte foram estimadas e os resultados são apresentados na Tabela 13.<sup>23</sup> Os logaritmos das rendas mensais declaradas<sup>24</sup> foram submetidos a regressão mediante variáveis simuladas referentes ao sexo, à idade e ao grau de instrução do trabalhador:

$$\text{Log } RM = a + b_1 \text{ SEX} + b_2 \text{ IDA} + b_3 \text{ ED} + u$$

onde:

- RM* = refere-se à renda mensal;
- SEX* = refere-se ao sexo da pessoa;
- IDA* = refere-se ao grupo etário;
- ED* = refere-se à categoria educacional;
- u* = refere-se ao erro de estimativa.

A variável dependente em todas as estimativas é o logaritmo natural da renda mensal em cruzeiros.

<sup>23</sup> Procurou-se isolar possíveis interações entre classes de renda familiar e nossas variáveis independentes mediante a estimação de funções de renda separadamente para famílias pobres e de baixa renda e para aquelas de renda média e alta. Verificou-se que essas estimativas eram menos satisfatórias do que as presentes, em virtude do pequeno tamanho das amostras resultantes, no caso de assalariados secundários.

<sup>24</sup> Foram usadas rendas reais declaradas, sem padronização por horas de trabalho. Isso se justifica pelo fato de ser a renda familiar usada como critério de bem-estar na análise. As horas de trabalho são incluídas como variável explicativa na análise dos resíduos de renda.

Ao estimar as funções de renda numa versão preliminar, procuramos detectar interações observadas entre instrução e estrutura do mercado (setor formal *vs.* informal), supondo um conjunto de variáveis simuladas que representariam as várias combinações de grau de escolaridade e a segmentação do mercado de trabalho. O poder explanatório do agrupamento de variáveis resultante foi efetivamente maior do que o por nós obtido da presente formulação:  $R^2$  igual a 0,55 para assalariados principais, a 0,45 para outros adultos do sexo masculino e a 0,53 para outros do sexo feminino. Essa opção foi abandonada em favor do uso de uma variável simples representando o grau de escolaridade, dado nosso interesse em testar o modelo convencional de capital humano e também a possibilidade de desagregar operacionalmente a estrutura do mercado em variáveis discretas, que formam o primeiro agrupamento de determinantes na análise dos resíduos de renda.<sup>25</sup> A análise da interação entre estrutura do mercado e escolaridade em Belo Horizonte, feita por Merrick,<sup>26</sup> indica que algumas das não linearidades na relação educação/renda estão ligadas ao fato de que o grau mais baixo de escolaridade produz um impacto negativo sobre a renda no setor informal muito maior do que sobre a renda no setor formal.

As categorias etárias da Tabela 9 foram expandidas para que fosse levada em conta uma variação maior da renda em relação à idade do que a encontrada nas funções de emprego. Como nas funções de emprego, examinaram-se separadamente outros adultos dos sexos masculino e feminino, devido às interações entre sexo e outras variáveis.

As estimativas das funções de renda são geralmente semelhantes para assalariados principais e secundários de ambos os sexos, exceto quanto a alguns contrastes encontrados nos perfis de mulheres trabalhadoras. O logaritmo de renda de assalariados principais do sexo feminino foi 0,9 menor do que para o sexo masculino, que é quase

<sup>25</sup> Procurou-se também formular uma variável que representasse o tempo de experiência no trabalho, conforme sugestão de Anders Klevmarken e John M. Quigley, "Age, Experience, Earnings, and Investments in Human Capital", in *Journal of Political Economy*, vol. LXXXIV, n.º 1 (1976), pp. 47-72, entre outros. Entretanto, só havia informação adequada sobre experiência com relação a chefes de família, o que impediu a inclusão da variável na equação básica.

<sup>26</sup> Thomas W. Merrick, "Employment and Earnings in the Informal Sector in Brazil: The Case of Belo Horizonte", in *Journal of Developing Areas* (a sair).

exatamente igual à diferença entre os termos constantes para as estimativas referentes a assalariados secundários de ambos os sexos.

TABELA 13  
*Funções de renda*

Variáveis*	Assalariados Secundários					
	Assalariados Principais		Homens		Mulheres	
	<i>b</i>	( <i>t</i> )	<i>b</i>	( <i>t</i> )	<i>b</i>	( <i>t</i> )
Sexo						
<i>S</i> <sub>1</sub> .....	-0,863	(21,5)	—	—	—	—
Instrução						
<i>E</i> <sub>1</sub> .....	-0,591	(17,1)	-0,552	(8,7)	-0,715	(9,9)
<i>E</i> <sub>2</sub> .....	0,769	(14,5)	0,279	(3,4)	0,558	(7,7)
<i>E</i> <sub>3</sub> .....	1,382	(23,5)	0,867	(8,6)	0,937	(9,5)
Idade						
<i>A</i> <sub>1</sub> (15-19).....	-0,902	(10,0)	-0,469	(5,2)	0,0	(0)
<i>A</i> <sub>2</sub> (20-24).....	-0,462	(7,5)	0,166	(1,7)	0,306	(2,9)
<i>A</i> <sub>3</sub> (25-34).....	-0,114	(2,4)	0,259	(2,8)	0,695	(6,5)
<i>A</i> <sub>4</sub> (35-49).....	0,100	(2,2)	0,385	(2,8)	0,871	(8,3)
Constante						
( <i>S</i> <sub>0</sub> , <i>E</i> <sub>2</sub> , <i>A</i> <sub>5</sub> ).....	6,502		5,652		4,739	
<i>R</i> <sup>2</sup> .....	0,508		0,361		0,414	
Erro-Padrão de Estimativa.....	0,710		0,635		0,749	
Teste <i>F</i> .....	276,2		56,3		71,2	
Observações.....	2 150		706		772	

\* Categorias de instrução: *E*<sub>1</sub> = sem instrução formal e nível primário completo;  
*E*<sub>2</sub> = primário completo a ginásio completo;  
*E*<sub>3</sub> = nível secundário completo;  
*E*<sub>4</sub> = nível universitário incompleto e completo;  
*S*<sub>0</sub> = homens;  
*A*<sub>5</sub> = idade de 50 anos ou mais.

Como já se sugeriu, a educação tem impacto pronunciado sobre a renda esperada. No extremo inferior da escala de escolaridade encontramos um declínio do logaritmo de renda de 0,6 para assalariados principais e secundários do sexo masculino e um decréscimo de 0,7 para assalariados secundários do sexo feminino, indicando que o grau de instrução tem impacto maior sobre a renda de assalariados secundários do sexo feminino. No extremo superior da escala de escolaridade a educação universitária tem o maior impacto positivo (um aumento de 1,4 no logaritmo da renda) para assalariados primários, em comparação com 0,9 para assalariados secundários de ambos os sexos.

Esses contrastes no perfil de renda-educação para mulheres têm paralelo em algumas diferenças adicionais referentes à idade. Obser-

vamos um decréscimo significativo (0,9) para assalariados principais que são principalmente do sexo masculino (80%) e para outros do sexo masculino (0,5) no nível de idade mais baixo. Os logaritmos de renda desses dois grupos aumentam com a idade, chegando ao máximo no grupo etário de 35-49 anos e sofrendo ligeiro declínio após os 50 anos. Quanto às mulheres, os perfis se apresentam ligeiramente mais planos nas idades jovens, acusando incrementos no logaritmo de renda a partir dos 20-29 anos (0,3) e um declínio mais acentuado depois dos 50 anos de idade.

Como se fez no caso das taxas de emprego, aplicamos os coeficientes de regressão das funções de renda a dados sobre características de trabalhadores em famílias situadas em diferentes níveis de renda e derivamos uma medida da influência dos dotes de capital humano das famílias sobre as rendas de seus membros trabalhadores. Neste caso, empregamos somente os dados relativos à população que trabalha, em lugar dos referentes à reserva total de trabalhadores potenciais, como fizemos no tocante ao emprego. A tabela de rendas observadas e previstas por trabalhadores é a seguinte:

TABELA 14

*Renda média mensal observada e prevista de trabalhadores da família por classe de renda familiar*

(Em cruzeiros de 1972 por mês, deduzidos de médias de logaritmos em resultados de regressões)

Tipo de Assalariado	Classe de Renda Familiar			
	Pobre	Baixa	Média	Alta
<b>Primário</b>				
1) Observada.....	226	445	1 063	2 361
2) Prevista.....	345	459	772	1 199
<b>Outros do Sexo Masculino</b>				
1) Observada.....	136	261	440	908
2) Prevista.....	194	261	346	536
<b>Outros do Sexo Feminino</b>				
1) Observada.....	75	170	339	564
2) Prevista.....	134	166	302	379

### 3.6 — Reconstrução dos componentes da renda familiar

Conforme indicamos na introdução, examinaremos os efeitos da estrutura familiar e de variáveis econômicas correlatas sobre a pobreza urbana analisando conjuntamente a situação de emprego e a capacidade de gerar renda de famílias de diferentes níveis de rendimento. As análises separadas de emprego e renda anteriormente descritas são combinadas nesta seção a fim de que possamos reconstruir a renda familiar para cada um dos quatro grupos de renda. Encontra-se no Apêndice uma descrição e explanação detalhada da análise reconstrutiva. Os resultados são apresentados resumidamente na Tabela 15, em função da renda familiar procedente do trabalho, da renda familiar total e da renda por consumidor adulto-equivalente.

As diferenças entre níveis reais e previstos de renda familiar acompanham as encontradas em emprego e renda. A renda observada de famílias pobres é 36% menor do que a estimada, e o nível de renda observada de famílias ricas é 37% maior do que o esperado. O primeiro item da Tabela 15 mostra a medida em que as discrepâncias de renda devidas à diferença entre renda real e renda prevista explicam o desnível entre renda familiar observada e prevista. Mais de 90% da discrepância observada poderiam ser corrigidos se fossem elaborados estimadores de renda mais precisos. Isso se aplica a todos os tipos de assalariados, conforme se mostra na Tabela 19 (no Apêndice).<sup>27</sup>

Um nível elevado de contribuições não salariais, que são exógenas a esta análise, entre famílias de renda alta, neutraliza algumas das diferenças entre contribuições observadas e esperadas para a renda por parte de assalariados principais (ver Apêndice). Ao mesmo tempo, o fato de que os ricos dispõem dessas fontes volta a confirmar nossa afirmação anterior de que a capacidade de gerar renda nas famílias ricas vai além do que se pode explicar, seja pelos recursos humanos, seja por variáveis estruturais do mercado de trabalho.

<sup>27</sup> No caso dos assalariados secundários pobres, o impacto das estimativas de emprego maiores que o observado em conjunção com uma renda maior que a observada produz um desnível maior entre renda familiar observada e prevista. Ver Tabela 19 (no Apêndice).

Embora os contrastes entre os dois extremos da distribuição de renda familiar sejam interessantes, os contrastes mais úteis para o estudo da pobreza urbana são os que se observam entre os grupos adjacentes, e especialmente entre os grupos pobre e de baixa renda. A renda média observada por consumidor em famílias de baixa renda é quase três vezes maior do que na classe pobre, ao passo que a diferença prevista é menos de duas vezes maior. Resulta isso do fato de que a renda média prevista dos pobres é superior em cerca de 54% a seu nível observado. Em contraposição, os valores observados e estimados para todos os componentes de renda da classe de baixa renda (ver Apêndice) são mais próximos do que para as outras classes. Isso resulta, em parte, do peso do grupo de baixa renda nas equações de regressão. Sugere também que as famílias de baixa renda seguem um padrão que está próximo do que se poderia esperar de sua reserva de recursos humanos, usando-se um modelo de capital humano para emprego e renda. Esse grupo não conta com

TABELA 15

*Resumo da análise da renda familiar*

(Em cruzeiros de 1972 por mês)

	Classe de Renda Familiar			
	Pobre	Baixa	Média	Alta
1. Renda Salarial Familiar				
a. Real.....	248	601	1 297	2 693
b. Prevista.....	394	554	919	376
c. Prevista com Estimativas de Emprego e Renda Observada*.....	257	543	1 223	2 593
2. Renda Familiar Total				
a. Real.....	264	612	1 436	3 585
b. Prevista.....	410	565	1 058	2 268
3. Equivalentes de Consumo.....	5,24	4,26	3,65	3,32
4. Renda por Consumidor Adulto				
a. Real.....	50	144	393	1 080
b. Prevista.....	78	133	290	683
5. Número de Famílias.....	718	1 116	299	312

FONTE: Tabelas 18 e 19 (no Apêndice).

\*Indicam estes dados que entre 90 e 100% da discrepância entre renda salarial familiar prevista e observada podem ser atribuídos a diferenças entre renda real e renda prevista. Ver Tabela 19 (no Apêndice).

nenhuma das vantagens adicionais dos ricos nem parece sofrer as desvantagens adicionais que observamos para os pobres.

As taxas mais baixas tanto de renda quanto de emprego contribuem para a diferença entre renda média das classes de renda pobre e baixa. Os assalariados potenciais da classe de baixa renda encontram emprego a uma taxa mais alta, e ao mesmo tempo ganham mais que seus correspondentes da classe pobre. Esse fato contrasta com as diferenças observadas entre famílias de baixa renda e as classes de renda superior. Como já foi notado, mesmo considerada a diferença entre famílias pobres e de baixa renda no tocante ao emprego, a maior parte da diferença em suas rendas totais resulta de rendas individuais menores. Os assalariados principais das famílias pobres ganham menos de metade do que percebem os trabalhadores principais da classe de baixa renda. Os assalariados secundários contribuem com um terço da renda total (ver Apêndice). O restante da diferença da renda por consumidor decorre da presença de mais um consumidor adulto-equivalente nas famílias pobres. Um breve exame da reserva de trabalhadores potenciais — Tabela 18 (no Apêndice) — revela que essa diferença no número de usuários da renda se deve mais a crianças do que a adultos. Assim, o número adicional de membros das famílias pobres não implica um potencial maior de geração de renda, e apenas acentua a taxa mais baixa de utilização do potencial de trabalho já encontrada no grupo pobre.

As famílias pobres e de baixa renda constituem  $\frac{3}{4}$  da população total da amostra. O grupo pobre compreende os 29% inferiores e as famílias de baixa renda os 46% restantes de uma distribuição cumulativa de renda que se situa abaixo da quarta parte superior, ocupada pelos grupos de renda média e alta, cuja posição econômica relativamente mais alta se deve em parte à utilização maior da reserva potencial de trabalhadores adultos (ver Tabela 15). Para todos os tipos de trabalhadores considerados — principais, secundários do sexo masculino e secundários do sexo feminino — os valores reais de utilização do potencial de trabalho são maiores para as classes não pobres do que os valores estimados por nossas funções de emprego — com exceção apenas de assalariados secundários do sexo feminino de famílias ricas (ver Tabela 12). Essas diferenças, porém, desaparecem em face das disparidades muito grandes das rendas por trabalhadores de todos os tipos registradas entre as classes.

### 3.7 — Análise dos resíduos de renda

A diferença entre níveis observados e previstos de renda familiar assinalada na seção anterior, assim como as diferenças relativas a emprego e renda individual em que são baseados aqueles resultados, dá a entender que existem outros determinantes de pobreza além da composição demográfica das famílias e dos dotes de capital humano que analisamos. Em parte, isso é uma indicação da importância de outros aspectos do capital humano, como a saúde e a nutrição, que nossos dados não definem com a mesma precisão com que definem características educacionais e ocupacionais. Sugere também que fatores institucionais, como por exemplo a estrutura dos mercados de trabalho em que os grupos mais pobres procuram emprego, são menos favoráveis à geração de renda familiar para aquele grupo do que para os demais.<sup>28</sup>

A análise das diferenças (resíduos) entre rendas observadas e rendas previstas por nossas quatro funções de renda indica a direção em que alguns desses aspectos adicionais, institucionais e de capital humano, influenciam a determinação da pobreza urbana. Nossa análise foi efetuada em duas etapas. A primeira considera um agrupamento de variáveis referentes à estrutura do mercado, e a segunda acrescenta aspectos de capital humano não incluídos nas funções originais de renda. Tomamos a decisão de eliminar uma variável representativa do setor informal do agrupamento pertinente à estrutura do mercado pelo fato de que sua inclusão acabaria por anular o impacto de variáveis discretas, tais como o tamanho das firmas e a situação de trabalho.

A Tabela 16 apresenta a análise de regressão de variáveis simuladas para o agrupamento da estrutura do mercado, e a Tabela 17 para o agrupamento de variáveis de mercado e capital humano tomadas em conjunto. As variáveis usadas na análise são:

<sup>28</sup> Aplica-se esta observação especialmente aos diferenciais de renda observados entre trabalhadores do setor informal e do formal. Naquele caso, é conveniente assinalar que as baixas rendas do setor informal devem ser contrabalançadas com as oportunidades adicionais de emprego que o setor oferece. Outras compensações poderiam igualmente aparecer na avaliação de outros aspectos institucionais do mercado. Cf. Thomas W. Merrick, *op. cit.*

(a) *Grupo de variáveis de estrutura do mercado*

(1) Ocupação (OCU), composto de três grupos de variáveis simuladas: OCU<sub>1</sub>, representando todas as outras ocupações e incluído na constante; OCU<sub>2</sub>, representando ocupações manuais especializadas; e OCU<sub>3</sub>, ocupações manuais não especializadas.

(3) Jornada diária de trabalho (JODT): igual a 1 se o indivíduo trabalha cinco horas ou menos por dia.

(4) Localização do domicílio na área metropolitana (ZONA): igual a 1 se a residência se localiza fora da área principal da conurbação de Belo Horizonte.

(5) Tamanho do estabelecimento (TAMA): igual a 1 se o indivíduo trabalha em firma com 50 ou mais empregados, ou no governo.

(6) Horas gastas em transporte (HRTR): igual a 1 se o indivíduo passa mais de uma hora por dia em locomoção para o trabalho.

(7) Forma de pagamento (FOPG): igual a 1 se o indivíduo não tem salário ou ordenado fixo.

(8) Situação ocupacional (SITU): igual a 1 se o indivíduo é trabalhador autônomo.

(b) *Grupo de variáveis de capital humano*

(9) Previdência social (INPS): igual a 1 se os membros da família não têm cobertura previdenciária.

(10) Serviços médicos (SMED): igual a 1 se os membros da família não vão habitualmente a consultórios médicos particulares para serem atendidos.

(11) Abastecimento domiciliar de água (ABAG): igual a 1 se a família não é diretamente servida pelo sistema municipal de distribuição de água.

(12) Migração (MIGR): igual a 1 se o indivíduo não é natural da área metropolitana.

(13) Tempo de residência do chefe da família na cidade (RMBH): igual a 1 se o chefe da família mora na área metropolitana há menos de cinco anos.

(14) Ocupação do pai do chefe da família (OCPC): igual a 1 se o pai do chefe da família é (ou foi) lavrador ou trabalhador manual não especializado.

Os coeficientes de regressão e outros dados (valores  $t$ , médias e desvios-padrão) para cada uma dessas variáveis são dados separadamente para assalariados principais e secundários dos sexos masculino e feminino.

Os resultados dos agrupamentos de estrutura do mercado contidos na Tabela 16 mostram que características atualmente associadas ao emprego no setor informal, tais como ocupações manuais não especializadas, jornadas de trabalho mais curtas, pequenas empresas, remuneração casual do trabalho e trabalho autônomo, têm diferentes impactos sobre as rendas individuais e, em alguns casos, não têm efeito algum. A ocupação é a variável mais importante no grupo de variáveis do mercado, especialmente no caso de assalariados principais que sofrem um decréscimo de 0,6 no logaritmo de renda quando se dedicam a ocupações manuais não especializadas. Uma jornada de trabalho reduzida tem significativos efeitos negativos sobre a renda de trabalhadores, tanto principais como secundários, do sexo masculino. Esses coeficientes indicam que os homens que trabalham menos do que o tempo integral têm probabilidades de ter também renda menor por hora de trabalho. Entretanto, no caso de assalariados secundários do sexo feminino, em que 28% não trabalham em tempo integral, o coeficiente de regressão foi insignificante. O tamanho da firma, a forma de remuneração e o trabalho autônomo tiveram, em geral, impacto limitado, embora as mulheres de posição secundária se beneficiem ligeiramente do fato de não receberem salários fixos (0,2), o que, de certa forma, contraria o que se poderia esperar.

As variáveis referentes ao local de residência são menos frequentemente associadas à distinção entre setor formal e setor informal. Os coeficientes da Tabela 16 mostram, porém, que a situação periférica do domicílio tem consistente impacto negativo sobre a renda, sugere-

rindo claramente a possibilidade de que a fragmentação do mercado de trabalho tenha também uma dimensão espacial.<sup>29</sup> A renda média de trabalhadores secundários do sexo feminino que vivem em locais periféricos acusa um decréscimo de 0,3. O tempo gasto em transporte, por outro lado, tem impacto insignificante sobre a renda.<sup>30</sup>

TABELA 16

*Primeiro passo: análise de resíduos dos logaritmos de renda por variáveis de estrutura do mercado*

Variáveis	Assalariados Principais		Assalariados Secundários			
			Homens		Mulheres	
	b	Média (Var. Ind.)	b	Média (Var. Ind.)	b	Média (Var. Ind.)
	(t)	(γ)	(t)	(γ)	(t)	(γ)
1. OCU3: Manual não Especializado.....	-0,591 (15,9)	0,255 (0,44)	-0,270 (5,0)	0,357 (0,48)	-0,304 (4,6)	0,359 (0,48)
2. OCU2: Manual Especializado.....	-0,294 (8,2)	0,335 (0,47)	-0,064 (1,0)	0,273 (0,45)	0,037 (0,4)	0,154 (0,36)
3. JODT: Trabalha Cinco Horas/Dia ou Menos.....	-0,289 (5,8)	0,092 (0,29)	-0,418 (5,7)	0,117 (0,32)	-0,074 (1,1)	0,281 (0,45)
4. ZONA: Reside na Periferia..	-0,089 (2,2)	0,144 (0,35)	-0,115 (1,8)	0,153 (0,36)	-0,257 (3,3)	0,124 (0,33)
5. TAMA: Firma com 50 ou Mais Empregados.....	0,036 (1,1)	0,461 (0,50)	0,102 (2,0)	0,382 (0,49)	0,072 (1,1)	0,355 (0,48)
6. HRTR: Viaja Uma Hora/Dia ou Mais de Ida e Volta ao Trabalho.....	0,008 (0,0)	0,301 (0,46)	0,005 (0,0)	0,297 (0,46)	-0,105 (1,7)	0,219 (0,41)
7. FOPG: Não Recebe Salário ou Ordenado Fixo.....	0,002 (0,0)	0,445 (0,50)	0,040 (0,7)	0,634 (0,48)	0,211 (3,5)	0,390 (0,49)
8. SITU: Trabalha por Conta Própria.....	-0,002 (0,0)	0,187 (0,39)	0,139 (1,6)	0,142 (0,35)	-0,135 (1,5)	0,190 (0,39)
Constante.....	0,270		0,103		0,097	
Erro-Padrão.....	0,662		0,604		0,709	
R <sup>2</sup> .....	0,131		0,094		0,104	
F.....	40,2		9,08		11,02	
Observações.....	2 150		706		772	

<sup>29</sup> Análises das economias de "barrio" tendem a confirmar essa constatação. Ver Lisa R. Peattie, "The Informal Sector: A Few Facts from Bogotá, Some Comments and a List of Issues" (MIT, junho de 1974), mimeografado.

<sup>30</sup> Dada a configuração espacial da área metropolitana de Belo Horizonte e a distribuição de sua população, é importante lembrar que esses coeficientes representam apenas uma proporção limitada (10 a 15%) da população.

Tomadas em conjunto, as variáveis que adotamos como representativas das características estruturais do mercado explicam uma pequena parte da discrepância observada entre rendas reais e as previsões deduzidas de nossas funções de renda, com  $R^2 = 0,13$  para assalariados principais, 0,09 para assalariados secundários do sexo masculino e 0,10 para assalariados secundários do sexo feminino.

A introdução do agrupamento de variáveis de capital humano na análise de resíduos dos logaritmos de renda, na Tabela 17, mostra que o grau de colinearidade entre a renda e certas variáveis (tais como previdência social, serviços médicos e abastecimento de água) aumenta substancialmente. Não se pode, por essa razão, argumentar que existe uma relação causal entre as variáveis e a renda, uma vez que elas poderiam, de fato, ser consideradas também como efeitos ou sintomas de pobreza. Assim, o que estamos procurando é apenas uma indicação do grau de associação entre essas variáveis e a variância residual nas rendas individuais.

Os coeficientes apresentados na Tabela 17 indicam efeitos negativos sobre a renda das variáveis que usamos para representar o estado de saúde da família (INPS, SMED, ABAG). O impacto negativo é mais pronunciado para o assalariado principal e para os assalariados secundários do sexo masculino do que para as mulheres. O efeito da migração varia segundo o tipo de assalariado: não é significativo para o assalariado principal, mas tem evidente impacto negativo sobre a renda de trabalhadores secundários, o que parece indicar que os assalariados principais migrantes são provavelmente residentes antigos da área metropolitana, ao passo que esse pode não ser o caso dos assalariados secundários. Para testar essa possibilidade, incluímos entre as variáveis explanatórias a época de migração do chefe da família (RMBH). Também aqui ocorre ligeiro impacto negativo sobre as rendas de assalariados secundários, mas não de assalariados principais.

O último ponto relacionado com a análise de mobilidade sócio-econômica é o impacto da origem social do chefe da família (OCPC), representada pela ocupação de seu genitor, sobre as rendas individuais. Ter por pai um trabalhador manual não especializado ou um lavrador diminui a renda dos assalariados secundários do sexo masculino em 0,19, mas não tem praticamente efeito nenhum sobre as rendas de outros tipos de assalariados. Isso dá a entender que Belo

Horizonte oferece oportunidades de considerável mobilidade sócio-econômica ascendente entre gerações.

TABELA 17

*Segundo passo: análise de resíduos dos logaritmos de renda por variáveis de estrutura do mercado e capital humano*

Variáveis	Assalariados Principais		Assalariados Secundários			
			Homens		Mulheres	
	b	Média (Var. Ind.)	b	Média (Var. Ind.)	b	Média (Var. Ind.)
	(t)	(γ)	(t)	(γ)	(t)	(γ)
1. OCU3: Manual não Especializado.....	-0,387 (9,6)	0,255 (0,44)	-0,156 (2,8)	0,357 (0,48)	-0,319 (4,3)	0,359 (0,48)
2. OCU2: Manual Especializado.....	-0,172 (4,6)	0,335 (0,47)	0,047 (0,7)	0,273 (0,45)	0,038 (0,4)	0,154 (0,36)
3. JODT: Trabalha Cinco Horas/Dia ou Menos.....	-0,252 (5,2)	0,092 (0,29)	-0,424 (5,9)	0,117 (0,32)	-0,080 (1,2)	0,281 (0,45)
4. ZONA: Reside na Periferia.....	-0,112 (2,7)	0,144 (0,35)	-0,102 (1,5)	0,153 (0,36)	-0,222 (2,8)	0,124 (0,33)
5. TAMA: Trabalha em Firma com 50 ou Mais Empregados.....	0,060 (1,9)	0,461 (0,50)	0,113 (2,3)	0,382 (0,49)	0,070 (1,1)	0,355 (0,48)
6. HRTR: Viaja Uma Hora/Dia ou Mais de Ida e Volta ao Trabalho.....	0,005 (0,2)	0,301 (0,46)	0,028 (0,6)	0,297 (0,46)	-0,108 (1,7)	0,219 (0,41)
7. FOPG: Não Recebe Salário ou Ordenado Fixo.....	-0,049 (1,5)	0,445 (0,50)	0,049 (0,9)	0,634 (0,48)	0,226 (3,7)	0,390 (0,49)
8. SITU: Trabalha por Conta Própria.....	0,034 (0,7)	0,187 (0,39)	0,119 (1,4)	0,142 (0,35)	-0,142 (1,6)	0,190 (0,39)
9. INPS: Família não Coberta pela Previdência Social.....	-0,285 (8,8)	0,339 (0,47)	-0,166 (3,5)	0,354 (0,48)	0,042 (0,8)	0,404 (0,49)
10. SMED: A Família não Consulta Médico Particular.....	-0,308 (8,7)	0,763 (0,42)	-0,173 (2,7)	0,826 (0,38)	-0,067 (1,0)	0,743 (0,44)
11. ABAG: Domicílio não Ligado a Rede Pública de Água.....	-0,084 (2,6)	0,511 (0,50)	-0,067 (1,4)	0,455 (0,50)	-0,023 (0,4)	0,411 (0,49)
12. MIGR: Não é Natural da Área Metropolitana.....	0,046 (1,4)	0,731 (0,44)	0,148 (3,0)	0,571 (0,50)	0,144 (2,5)	0,644 (0,48)
13. RMBH: O Chefe da Família Mora Há Pouco Tempo na Área.....	0,018 (0,5)	0,147 (0,35)	-0,125 (1,9)	0,146 (0,35)	-0,178 (2,2)	0,123 (0,33)
14. OCPC: Pai do Chefe Lavrador ou Trabalhador não Especializado.....	-0,011 (0,3)	0,727 (0,44)	-0,193 (3,5)	0,759 (0,43)	0,062 (1,1)	0,683 (0,46)
Constante.....	0,528		0,343		0,025	
Erro-Padrão.....	0,636		0,588		0,707	
R <sup>2</sup> .....	0,200		0,150		0,117	
F.....	38,1		8,69		7,17	
Observações.....	2 150		706		772	

#### 4 — Conclusões

As diferenças de nível de vida entre famílias podem ser explicadas por fatores demográficos e econômicos. Os primeiros determinam a reserva potencial de trabalhadores e o ônus de dependência dentro da família. Os outros influenciam a participação de adultos na atividade do mercado e seus níveis de renda. A análise de famílias de Belo Horizonte por classes de renda mostra a enorme importância dos fatores econômicos, em comparação com os demográficos, na produção de diferenças em níveis de vida. O ônus de dependência é maior no extremo inferior da escala, devido à presença de um número relativamente maior de crianças, mas a reserva potencial de trabalhadores adultos é também significativamente maior. As famílias pobres o são em parte por não serem capazes de utilizar essa reserva tanto quanto as famílias mais ricas. Embora esse fato se aplique especialmente a assalariados secundários do sexo feminino, os próprios chefes de famílias pobres são caracterizados por um nível de utilização relativamente baixo.

Uma das mais importantes conclusões da análise é a de que as diferenças de renda por trabalhador são quantitativamente muito mais importantes na explicação das diferenças de níveis de vida familiar do que as variações nas taxas de emprego. Ademais, essas diferenças de renda por trabalhador só parcialmente poderiam ser explicadas pelas funções de renda, dentro do quadro de referência do capital humano. A renda efetiva das famílias classificadas como de baixa renda situou-se perto do nível de renda previsto. Nas famílias mais pobres, trabalhadores de todos os tipos atingiram um nível de renda substancialmente mais baixo, enquanto que os das classes mais altas atingiram níveis muito mais altos que os valores previstos.

Este último ponto dá uma clara indicação de que ocorre um efeito de classe na determinação da renda, que não pode ser atribuído aos dotes de capital humano em termos estritamente econômicos, mas que constitui fator importante nas diferenças entre níveis de vida familiar. Em certo sentido, essa conclusão mostra que os modelos econômicos disponíveis não oferecem uma explicação satisfatória da capacidade de gerar renda das famílias. Contudo, ao chamar atenção para os aspectos quantitativos dessa questão, este trabalho con-

tribui para a identificação da essência do problema da disparidade de rendas. A redução do ônus de dependência nas famílias mais pobres — seja diminuindo o número de crianças por membro adulto, seja aumentando o nível de utilização de adultos em atividades remuneradas — não deverá ter efeito quantitativamente muito grande sobre a estrutura de distribuição da renda. De igual forma, o aumento dos dotes de capital humano dos pobres parece ser, em si mesmo, de importância limitada. Se a meta de nossa política econômica é a promoção de uma igualdade maior de níveis de vida, precisamos identificar os fatores que contribuem para que os trabalhadores de famílias ricas tenham níveis de renda relativamente mais altos e que não são adequadamente explicados pela análise do capital humano. A análise da variância residual entre renda prevista e renda efetiva demonstra que diversos fatores podem ter importância num dado contexto, para cada tipo específico de assalariado. Não se pode esperar que qualquer política, isoladamente, exerça substancial impacto sobre as rendas dos pobres: é necessário um conjunto de medidas. Além de abarcar uma série de medidas específicas, a política deve considerar como elementos distintos a geração de emprego e a distribuição da renda.

## Apêndice

As tabelas anexas suplementam as informações contidas no texto:

Tabela 18 — representa uma descrição detalhada da metodologia usada na análise de reconstrução da renda familiar e inclui notas explicativas.

Tabela 19 — apresenta, para cada tipo de assalariado e grupo de renda, uma estimativa do montante da diferença total entre renda observada e renda prevista que pode ser atribuída às estimativas de emprego e de renda (Colunas C e D). A última coluna da Tabela 19 mostra claramente a enorme importância da renda na explicação dessa diferença, indicando assim a direção a ser seguida em pesquisas futuras.

Tabela 20 – contém dados sobre a situação ativa de adultos.

Tabela 21 – dá a situação de emprego, tamanho da firma, ocupação e ramo de atividade de assalariados por classe de renda familiar.

TABELA 18

*Reconstrução da renda familiar a partir de componentes de emprego e renda, por classes de renda familiar*

(Em cruzeiros de 1972 por mês)

Item	Fonte	Classe de Renda Familiar			
		Pobre	Baixa	Média	Alta
1) Número Médio de Adultos (15 Anos ou Mais).....	Tabela 1	3,221	3,136	2,823	2,536
2) Estudantes Adultos de Tempo Integral (15 Anos ou Mais).....	Tabela 1	0,225	0,157	0,294	0,293
3) Assalariados Secundários Potenciais					
a) Homens.....	Tabela 4,	0,646	0,634	0,475	0,269
b) Mulheres.....	Tabela 5	1,350	1,345	1,054	0,974
4) Assalariados Principais					
a) Real.....	Tabela 15,	0,813	0,902	0,910	0,946
b) Previsto.....	linha 1	0,810	0,848	0,882	0,900
5) Renda do Assalariado Principal					
a) Real.....	Tabela 17, linhas 1 e 2	184	401	967	2 233
b) Prevista.....	vezes linhas 4a e 4b, acima	279	389	681	1 079
6) Assalariados Secundários					
a1) Homens — Real.....	Tabela 15, linha 2 vezes	0,316	0,487	0,401	0,237
a2) Homens — Prevista.....	linha 3a, acima	0,363	0,396	0,380	0,457
b1) Mulheres — Real.....	Tabela 15, linha 3 vezes	0,277	0,428	0,455	0,435
b2) Mulheres — Prevista.....	linha 3b, acima	0,337	0,371	0,380	0,457
7) Renda do Assalariado Secundário					
a1) Homens — Real.....	Tabela 17, linhas 4 e 5	43	127	176	215
a2) Homens — Prevista.....	vezes linhas 6a1 e 6a2, acima	70	103	123	124
b1) Mulheres — Real.....	Tabela 17, linhas 6 e 7	21	73	154	245
b2) Mulheres — Prevista.....	vezes linhas 6b1 e 6b2, acima	45	62	115	173
c1) Total — Real.....	Soma das parcelas acima	64	200	330	460
c2) Total — Prevista.....		115	165	238	297
8) Renda não Salarial*.....	Dada	16	11	139	892
9) Renda Familiar					
a) Real.....	Soma das linhas 5, 7 e 8,	264	612	1 436	3 585
b) Prevista.....	acima	410	565	1 058	2 268
10) Equivalentes de Consumo (EC).....	Tabela 1	5,24	4,26	3,65	3,32
11) Renda por Consumidor Adulto					
a) Real.....	Linha 9 dividida pela	50	144	393	1 080
b) Prevista.....	linha 10, acima	78	133	290	683
12) Número de Famílias.....	Tabela 1	718	1 116	299	312

\* A renda não salarial é dada em médias observadas e não foi derivada das médias dos logaritmos, como no caso da renda salarial.

A Tabela 18, usando dados de emprego e renda das Tabelas 9 e 14, apresenta a renda familiar por nível de renda e composição da família e mostra o efeito da renda sobre o emprego e os salários de trabalhadores potenciais dentro da família.

A linha 1 mostra a reserva inicial de assalariados potenciais, que é o número de adultos (de 15 anos ou mais) de cada família. O número médio de assalariados potenciais (excluídos os estudantes de tempo integral) é três, variando entre o máximo de 3,2 para as famílias pobres e 2,5 para as famílias de renda alta. Determinou-se em seguida um assalariado principal para cada família, dependendo seja da renda real, para as famílias com trabalhadores, seja da pessoa apontada como chefe da família, naquelas em que não há trabalhadores. Os adultos remanescentes constituem a reserva de assalariados secundários potenciais, que aparecem por sexo na linha 3 da tabela. A classe de baixa renda tem menos estudantes que a classe pobre, daí resultando ser a reserva de trabalhadores secundários potenciais quase idêntica para as classes de renda pobre e baixa. Nas classes média e alta há um declínio correspondente ao número total menor de adultos nelas encontrado.

Como se notou no texto, a proporção de chefes que não trabalham nas famílias pobres é maior que nas outras classes. Contribuíram para isso as características de idade e sexo de seus chefes. Nossa comparação inicial de taxas de emprego observadas e projetadas para assalariados principais indicou que as taxas observadas de emprego, maiores que as esperadas para as classes de baixa renda e superiores, refletiam uma capacidade de compensar características de idade e sexo que resultariam em taxas esperadas mais baixas.

Na linha 5, as taxas de emprego são multiplicadas pela renda média dos assalariados primários para mostrar a contribuição média destes para a renda familiar. Aparecem tanto a contribuição observada quanto a esperada do assalariado principal. A grande diferença entre os valores observados e previstos ao aumentar a renda familiar (de que tratamos ao examinar a renda média por trabalhador) é ampliada pelos diferenciais nas taxas esperadas de emprego. É evidente que a maior parte do diferencial resulta de rendas observadas mais altas por assalariado principal (ver Tabela 19). Em consequência, os diferenciais crescem muito mais nas médias observadas entre classes do

que nas estimativas obtidas da combinação das funções de emprego e de renda.

A linha 6 mostra o número real e previsto de assalariados secundários dos sexos masculino e feminino. As diferenças aqui apresentadas acompanham as encontradas nas taxas de emprego já examinadas. Como no caso das taxas de emprego, o contraste mais marcante, tanto no número de trabalhadores como na diferença entre o número real e o esperado de trabalhadores, ocorre entre as classes pobre e de baixa renda. Encontra-se para esses dois grupos um substancial diferencial nas médias observadas nos intervalos de classes (0,32 contra 0,49 para homens e 0,28 contra 0,43 para mulheres), apesar de serem quase idênticas as reservas de assalariados potenciais. Além disso, as diferenças são maiores do que seria de esperar com base nos dotes de capital humano dos dois grupos, o que está refletido no número previsto (0,36 contra 0,40 para homens e 0,34 contra 0,37 para mulheres). A única outra grande discrepância por nós observada entre números real e previsto de trabalhadores refere-se à classe de renda média, onde voltamos a encontrar maior número de pessoas efetivamente empregadas do que as funções de emprego pareciam sugerir.

Na linha 7, voltamos às estimativas de renda de trabalhadores secundários que examinamos ao fim da análise das funções de renda. Aparecem na tabela tanto as médias quanto o total das contribuições observadas e projetadas à renda familiar, para homens e mulheres. Como no caso do assalariado principal, essas médias foram obtidas pela multiplicação das rendas observada e estimada por pessoa pelo número observado e estimado de trabalhadores por família, para cada sexo. A correspondência entre as contribuições observada e prevista é maior para os assalariados secundários do que para os principais, exceto na classe de baixa renda. Não obstante, mesmo entre assalariados secundários, as discrepâncias observadas são significativas. Os trabalhadores secundários das famílias pobres, por exemplo, contribuem em média com 39% menos do que o esperado. A soma dos dois fatores não iguala o total por não se poder atribuir a nenhum deles um efeito de interação. As rendas médias de trabalhadores do sexo masculino para as classes de renda média e alta são, por sua vez, substancialmente mais altas do que o esperado (27 e 69%, respectivamente). Para mulheres, observamos também uma

crecente diferença entre os valores observados e previstos, ao aumentar a renda familiar, mas a declividade é menor do que no caso dos homens.

As fases finais de nossa reconstrução dos níveis de renda familiar aparecem nas linhas 8 e 11. Somamos as contribuições de assalariados principais e secundários, mais o componente não salarial da renda familiar, e em seguida dividimos a renda familiar total pelo número de equivalentes de consumo, a fim de obter os níveis observado e estimado de renda por adulto-equivalente. A linha 8 mostra a renda não salarial. A renda familiar total observada e estimada aparece na linha 9, e os equivalentes de consumo na linha 10. As diferenças entre renda familiar real e prevista por adulto-equivalente aparecem na linha 11.

TABELA 19

*Análise da discrepância entre renda salarial familiar total real e prevista, por classes de renda familiar*

(Em cruzeiros de 1972 por mês, derivados da média dos logaritmos em resultados de regressão)

Tipo de Assalariado por Classe de Renda Familiar	A Renda e Emprego Observados	B Renda e Emprego Previstos	C Renda Prevista e Emprego Observado	D Renda Observada e Emprego Previsto	% Explicada pela Discrepância entre Renda Observada e Renda Prevista
<b>Pobre</b>					
Principal.....	184	279	280	183	99
Outros (Homens)....	43	70	61	49	114*
Outros (Mulheres)...	21	45	37	25	119*
Renda Salarial Familiar Total.....	248	394	378	257	104*
<b>Baixa</b>					
Principal.....	401	389	414	377	94
Outros (Homens)....	127	103	127	103	81
Outros (Mulheres)...	73	62	71	63	86
Renda Salarial Familiar Total.....	601	554	612	543	90
<b>Média</b>					
Principal.....	967	681	703	938	97
Outros (Homens)....	176	123	139	156	89
Outros (Mulheres)...	154	115	137	129	84
Renda Salarial Familiar Total.....	1 297	919	979	1 223	94
<b>Alta</b>					
Principal.....	2 233	1 079	1 134	2 125	95
Outros (Homens)....	215	124	127	210	98
Outros (Mulheres)...	245	173	165	258	105*
Renda Salarial Familiar Total.....	2 693	1 376	1 426	2 593	96

\* Casos em que o componente emprego tem impacto mais significativo que em geral.

**TABELA 20**  
*Distribuição de adultos por situação ocupacional, sexo, estado civil da mulher, idade e classe de renda familiar*

Situação Ocupacional	Pobre					Baixa					Média					Alta				
	14-29	30-39	40-49	50+	50+	14-29	30-39	40-49	50+	50+	14-29	30-39	40-49	50+	50+	14-29	30-39	40-49	50+	
<b>I. Homens</b>																				
Empregados.....	36,3	81,0	79,4	48,3	59,2	93,8	90,2	92,1	52,4	94,0	92,1	99,0	100,0	74,7						
Estudantes.....	26,9	—	1,7	0,6	0,4	0,3	—	—	—	—	—	—	—	—						
Desempregados.....	20,2	3,7	1,7	1,1	0,4	2,2	—	—	—	—	—	—	—	—						
Aposentados, Inválidos	1,2	7,4	16,7	36,8	33,8	1,3	7,8	2,4	31,5	2,4	2,6	—	—	—						
Outros*	15,4	8,0	0,6	13,2	6,3	2,5	2,0	5,3	15,1	3,8	5,3	1,0	—	22,7						
Total (N = 100).....	(584)	(163)	(180)	(174)	(284)	(320)	(205)	(76)	(73)	(83)	(76)	(103)	(53)	(75)						
<b>II. Mulheres</b>																				
<b>A. Solteiras</b>																				
Empregadas.....	10,0	41,5	44,5	23,9	16,9	56,2	51,5	54,5	17,8	80,5	54,5	66,7	60,0	25,6						
Estudantes.....	39,8	3,1	1,6	0,9	—	7,6	1,5	13,6	—	—	13,6	4,2	—	2,6						
Desempregadas.....	13,5	3,1	4,9	1,8	—	1,9	1,5	—	—	—	—	—	—	—						
Aposentadas, Inválidas	1,3	4,6	4,9	13,3	20,1	4,8	1,5	4,5	35,6	—	4,5	—	—	—						
Outras*	35,4	47,7	44,3	60,3	63,0	29,5	43,9	27,3	46,7	10,5	27,3	29,2	40,0	51,3						
Total (N = 100).....	(452)	(65)	(61)	(113)	(154)	(105)	(66)	(22)	(45)	(19)	(22)	(24)	(15)	(30)						
<b>B. Casadas</b>																				
Empregadas.....	6,0	11,2	9,6	9,9	7,3	20,5	15,6	38,1	2,2	40,0	38,1	44,9	31,1	8,3						
Estudantes.....	17,2	5,0	0,8	1,0	0,7	0,8	2,8	—	—	—	—	—	—	—						
Desempregadas.....	4,3	2,5	1,6	1,0	—	0,4	0,6	—	—	—	—	—	—	—						
Aposentadas, Inválidas	0,9	—	2,4	1,0	1,3	—	3,4	4,8	11,1	—	4,8	—	—	—						
Outras*	71,6	81,4	85,6	87,1	90,7	78,2	77,7	57,1	86,7	58,2	57,1	48,7	64,4	72,9						
Total (N = 100).....	(116)	(161)	(125)	(101)	(151)	(239)	(179)	(42)	(45)	(55)	(42)	(78)	(45)	(48)						

\*A categoria "outros(as)" abrange adultos não estudantes nem aposentados que não estão atualmente procurando emprego.

TABELA 21

Distribuição de assalariados por situação ocupacional, tamanho da empresa, ocupação, ramo de atividade e classe de renda familiar

Ocupação e Ramo de Atividade	Classe Pobre												Todas as Outras											
	Autônomo				Empregador				Total				Autônomo				Empregador				Total			
	1-5		6-50		51+		1-5		6-50		51+		1-5		6-50		51+		1-5		6-50		51+	
Serviço Doméstico*	33,3	(81)	6,7	(1)	60,4	(140)	2,2	(3)	1,7	(4)	26,5	(229)	12,6	(51)	1,9	(2)	60,4	(329)	1,7	(11)	1,1	(14)	13,2	(407)
Não Manual (exc. Serv. Público)	1,7	(4)			1,3	(3)	5,2	(7)	4,6	(11)	2,9	(25)	3,5	(14)	2,1	(4)	3,8	(21)	23,6	(154)	16,7	(215)	13,2	(408)
Alimento Especializada																								
Indústria																								
Outras (exc. Serv. Público)																								
Operários em Construção em																								
Obras	11,5	(28)	26,7	(4)	9,5	(22)	15,7	(21)	5,8	(14)	10,3	(89)	8,6	(35)	4,1	(8)	2,7	(15)	4,6	(30)	3,6	(46)	4,3	(134)
Serviços e Indústrias	8,6	(21)	13,2	(2)	3,4	(8)	5,2	(7)	8,3	(20)	6,7	(58)	7,9	(32)	2,1	(4)	0,9	(5)	2,6	(17)	4,3	(56)	3,7	(114)
Serviços Pessoais																								
Alimentos, Bebidas, Higiene	1,2	(3)			3,0	(7)	6,7	(9)	2,1	(5)	2,8	(24)	0,5	(2)	0,5	(1)	1,3	(7)	1,4	(9)	1,6	(21)	1,3	(40)
Outros (exc. Serv. Doméstico)	0,8	(2)	26,7	(4)	1,7	(4)	5,2	(7)	3,3	(8)	2,9	(25)	6,2	(25)	16,9	(33)	1,5	(8)	2,6	(17)	1,6	(20)	3,3	(103)
Transp. e Comunicações	3,3	(8)	6,7	(1)	1,7	(4)	15,0	(20)	7,9	(19)	6,0	(52)	15,8	(64)	2,1	(4)	2,2	(12)	7,1	(46)	4,7	(61)	6,1	(187)
Comércio																								
Especializados					0,4	(1)	1,5	(2)	0,8	(2)	0,6	(5)	1,7	(7)	1,0	(2)	1,5	(8)	7,1	(46)	2,9	(33)	3,3	(101)
Vendedores			20,0	(3)	7,8	(18)	5,2	(7)	1,3	(3)	3,6	(31)	1,5	(6)	36,0	(70)	14,1	(77)	11,4	(74)	2,1	(27)	8,3	(254)
Atividades					2,2	(5)	0,7	(1)	0,8	(2)	5,7	(49)	14,8	(60)	0,5	(1)			0,1	(1)	0,1	(1)	2,0	(63)
Serviço Público					2,6	(6)	2,2	(3)	37,5	(90)	12,5	(108)	1,0	(4)	1,5	(3)	1,1	(6)	0,1	(1)	40,7	(525)	17,5	(539)
Indústria																								
Mecânica					0,9	(2)	0,7	(1)	5,4	(13)	1,9	(16)			0,5	(1)			2,1	(14)	3,3	(42)	1,9	(57)
Vestidário, Têxteis, Alimentos, Cursos, Outras					0,4	(1)	4,5	(6)	9,6	(23)	3,5	(30)	0,7	(3)	8,7	(17)	0,9	(5)	4,0	(26)	2,9	(37)	2,9	(88)
Artisanos em Setores de Serviço**	15,7	(38)			3,4	(8)	12,0	(16)	1,3	(3)	7,5	(65)	13,9	(56)	6,7	(13)	3,3	(18)	5,4	(35)	1,8	(23)	4,7	(145)
Serviço de Reparações	0,4	(1)					6,0	(8)			1,0	(9)	0,2	(1)	1,5	(3)	1,5	(8)	3,8	(25)	0,8	(11)	1,6	(48)
Agricult. e Mineração	2,9	(7)			0,9	(2)	4,5	(6)	5,0	(12)	3,1	(27)	0,2	(1)	4,6	(9)	1,3	(7)	0,8	(5)	1,0	(13)	1,1	(35)
Todas as Outras	0,4	(1)			0,4	(1)	3,0	(4)	3,3	(8)	1,5	(13)	0,2	(1)			0,2	(1)	1,5	(10)	1,1	(14)	0,8	(26)
Total	100,0	(243)	100,0	(15)	100,0	(232)	100,0	(134)	100,0	(240)	100,0	(864)	100,0	(405)	100,0	(195)	100,0	(545)	100,0	(652)	100,0	(1.289)	100,0	(3.086)
	28,1		1,7		26,9		15,5		27,8		100,0		13,1		6,3		17,7		21,1		41,8		100,0	

\* Os empregados que vivem no domicílio são incluídos como empregados na categoria 1-5. Excluem-se os que recebem em espécie.  
\*\* Incluem-se alguns classificados em Comércio.

